

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Lúcia Zenkl

ANÁLISE DO PROGRAMA INTEGRADO
DE INCLUSÃO SOCIAL (PIIS)
NO MUNICÍPIO DE ESTEIO

Novo Hamburgo

2012

Lúcia Zenkl

ANÁLISE DO PROGRAMA INTEGRADO
DE INCLUSÃO SOCIAL (PIIS)
NO MUNICÍPIO DE ESTEIO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Professora Monica Birchler
Vanzella Meira

Novo Hamburgo

2012

Lúcia Zenkl

ANÁLISE DO PROGRAMA INTEGRADO
DE INCLUSÃO SOCIAL (PIIS)
NO MUNICÍPIO DE ESTEIO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 05 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. ODAIR GONÇALVES

Prof. FABIO BITTENCOURT MEIRA

Agradeço em especial as queridas professoras Alba Conceição Marquez dos Santos e Monica Birchler Vanzella Meira pela dedicação e compreensão para a realização e concretização desta pesquisa.

Aos demais professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por demonstrarem a importância e a responsabilidade social que devemos ter como Gestores Municipais e também aos colegas de curso pela troca de experiências e conhecimentos.

“Você chama de violentas as águas de um rio que tudo arrasta, mas não chama de violentas as margens que o aprisionam.”

Berthold Brecht

RESUMO

A violência e a exclusão social são situações que vêm ocorrendo no cotidiano de muitas famílias brasileiras, sendo uma das principais preocupações quando elas envolvem crianças e adolescentes, público mais vulnerável e propenso tanto à violência física, como a verbal e a moral. O objetivo do estudo foi investigar os níveis de violência e analisar os efeitos do Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) que se observam no dia a dia dos moradores de cinco bairros do município de Esteio, denominados Território de Paz. A pesquisa analisou o comportamento de alunos, com idades entre 06 a 18 anos, que participam das oficinas esportivas e recreativas do Programa Integrado de Inclusão Social, realizadas no Centro de Convivência do Território de Paz, onde as crianças e os adolescentes de faixa etária menor que 19 anos são a prioridade na prevenção à violência. No momento existem 12 oficinas em funcionamento, no contra turno escolar, onde o número de alunos atendidos pelo Programa é de 194. Esse Programa de inclusão, através de oficinas com enfoque em práticas esportivas e recreativas tem por objetivo proporcionar o companheirismo, a amizade, a socialização de crianças e adolescentes, melhorando a convivência social, promovendo a tolerância e a diminuição de conflitos entre os mesmos, entre eles e seus educadores e também no círculo familiar. O Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) foi elaborado e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Esteio com o apoio da empresa PETROBRAS. Os resultados obtidos através do questionário semi-estruturado junto às famílias dos participantes indicam que o comportamento dos mesmos melhorou. A maioria dos pais percebe mudanças positivas no comportamento dos filhos, aumentando a comunicação entre eles, melhorando o relacionamento familiar. Houve diminuição da evasão escolar, porém não houve melhora nas notas e na aprendizagem escolar dos alunos que fazem parte do programa. A participação no programa provavelmente contribuiu para uma maior interação e socialização de crianças e jovens, despertando valores como: cooperação, coleguismo, convivência e trabalho de equipe. Também houve coleta de dados no Observatório da Segurança Pública (Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito - SMASPT) comparando os índices de violência e a criminalidade entre os anos de 2008 e 2011. Através da análise dos dados das entrevistas dos diversos atores sociais envolvidos no Programa e dos dados do Observatório de Segurança, chegou-se a percepção de melhora na qualidade de vida e no bem estar dos moradores das comunidades do Território de Paz, além da diminuição da violência.

Palavras chaves: políticas públicas - inclusão social - violência - criança - adolescente

Summary

Violence and social exclusion are occurring Situations That Are in the daily life of many Brazilian families, the major concern being wellness When They involve children and adolescents, the public and Vulnerable much more prone to physical violence such as verbal and moral. The aim of this study was to Investigate the levels of violence and examine the effects of the Integrated Social Inclusion (PIIS) are Observed in the daily lives of residents of five neighborhoods in the city of Pillar, called the Territory of the Peace The study Analyzed behavior students, aged 06-18 years, Participating in recreational sports and workshops of the Integrated Social Inclusion, held at the Center for Coexistence in the Territory of Peace, where children and adolescents aged less than 19 years are priority on prevention of violence. There are currently 12 shops in operation in the shift from school, where the number of students served by the program is 194. This inclusion program through workshops focusing on sports and recreational AIMS to Provide companionship, friendship, socialization of children and adolescents, Improving social interaction, Promoting tolerance and the Reduction of Conflicts Between Them, and Their including teachers and Also in the family circle. The Integrated Program for Social Inclusion (PIIS) was designed and developed by the City of Pillar with the support of the company PETROBRAS. The results Obtained from semi-structured questionnaire with the families of the participants Indicate That participants' behavior improved. Most parents see positive changes in the behavior of children, Increasing communication Between Them, Improving family relationships. The Reduction in the dropout, but there was improvement in grades in school and learning of students who are part of the program. Probably Participation in the program contributed to Greater Interaction and socialization of children and young people, awakening values such as Cooperation, camaraderie, fellowship and teamwork. Also there have Been collecting data on the Public Security Centre (Municipal Department of Public Safety and Traffic Actions - SMASPT) Comparing the levels of crime and violence Between the years 2008 and 2011. Through data analysis of interviews with various social actors Involved in the program and data from the Observatory of Security, it was the perception of improvement in quality of life and well being of community residents of the Territory of Peace, in addition to Decreased violence.

Keywords: public policy - social inclusion - violence - child - teenager

LISTA DE SIGLAS

CAISM - Centro de Atenção Integral a Saúde Mental

CONDICA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COREDES - Conselho Regional de Desenvolvimento Social

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE - Fundação Assistencial de Serviço Educacional

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FUNDEB - Fundo de Educação Básica

GGI-M - Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Esteio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEE - Índice de Efeito Escola

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG's - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PIIS - Programa de Integrado de Inclusão Social

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

REFAP - Refinaria Alberto Pasqualine

SMASPT - Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations Children's Fund*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL: POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE A VIOLÊNCIA	16
1.1 Políticas Públicas	16
1.2 Políticas Sociais	21
1.3 Políticas Sociais de Combate a Violência	25
1.4 Violência e Exclusão Social	32
1.5 Qualidade de Vida e seus Indicadores	36
1.6 Atividades Físicas Recreativas Benefícios no Comportamento	39
1.7 Competências Familiares	42
1.8 Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS)	45
1.9 Constituição Histórica e Atual	48
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
2.1 Método Escolhido e Justificativa	51
2.2 População e Amostra	51
2.3 Instrumentos de Coleta de Dados	52
2.4 Operacionalização das Variáveis	52
2.5 Plano de Coleta de Dados	52
2.6 Tratamento dos Dados	54
2.7 Limitações do Estudo	54
3 ANÁLISE DE DADOS	55
3.1 Entrevista com a Coordenadora do PIIS	55
3.2 Entrevistas Junto aos Pais/Responsáveis dos Alunos Participantes do Programa Integrado de Inclusão Social	58
3.3 Entrevista com a Coordenadora do Centro de Convivência do Território de Paz	61
3.4 Dados do Observatório de Segurança do Município de Esteio	62
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
APÊNDICES	89
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo verificar os efeitos do Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) que se observam no dia a dia dos moradores de cinco bairros do município de Esteio, denominado Território de Paz, são eles: Parque Primavera, Barreira, Hípica, Nazareno e Votorantim. Na verdade são vilas, chamadas de bairros para não estigmatizar os moradores. Nesse agrupamento, há um Centro de Convivência (ginásio, onde ocorrem às oficinas ofertadas a comunidade), um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e um Posto de Saúde que atendem aos moradores.

As cinco vilas possuem uma infraestrutura precária. Dessas, três estão recebendo obras de saneamento, iluminação e calçamento. O território é composto por três mil famílias, com cerca de doze mil pessoas, já foi considerado um dos mais problemáticos do município, mas as ações integradas e programas sociais começam a reduzir os seus índices de violência e criminalidade. Essas famílias são atendidas por três equipes de agentes comunitários, cada uma delas atendendo mil famílias, conforme informação obtida pela coordenadora de projetos do Território de Paz, senhora Iracema Biasi.

Existem várias comunidades no Brasil que necessitam de atenção especial para resolver as questões de segurança pública, instituídas como Territórios de Paz. Nesses territórios são oferecidas, aos seus moradores, a participação em projetos sociais e ações de segurança. O município de Esteio possui uma população eminentemente de jovens, com mais de 50% na faixa etária de 07 a 30 anos. No Território de Paz, a população é estimada em doze mil pessoas. Esta população, predominantemente jovem, encontra-se facilmente à mercê do tráfico de drogas, que se vale inclusive de cadeirantes, conforme relatou a Sr^a Nilmara Regina Mathias Dias, coordenadora do Centro de Convivência do Território de Paz. De acordo com os dados do Observatório de Segurança Municipal, a violência ocorre, em grande parte, pela falta de opções de lazer, formação profissional e a falta de eventos de expressão cultural que lhes sejam próprios e os identifique. As crianças e os adolescentes de faixa etária menor que 19 anos são a prioridade, no sentido da prevenção à violência, sendo necessário apoiá-los e orientá-los antes que tenham contato com o mundo das drogas e da criminalidade.

Por essas razões, é necessário pensar em soluções, responsabilidade do poder público municipal, mediante o desenvolvimento de projetos voltados principalmente para a juventude, com objetivo de inclusão social. Para tanto, o Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) foi

elaborado e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Esteio com o apoio da empresa PETROBRAS. O Programa Integrado visa trabalhar a socialização e a inclusão social das crianças e adolescentes nas atividades culturais e recreativas oferecidas em forma de oficinas, sendo estas realizadas no turno inverso ao horário das atividades escolares é obrigatório estar estudando para participar do programa.

Desde sua inauguração, em 08 de fevereiro de 2011, o Centro de Convivência do Território de Paz é um espaço de integração sócio-cultural que favorece os vínculos com a sua própria história, facilitando o debate, encontros, cinema, etc., levando a uma redução de 65% dos homicídios no Território de Paz, conforme dados apurados pelo Observatório de Segurança Pública da Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito (SMASPT) de Esteio no ano de 2011.

Neste trabalho, serão analisadas as mudanças ocorridas no cotidiano dos moradores daqueles bairros, após a implementação dessa política pública de prevenção e combate à violência, através dos dados do Observatório de Segurança (SMASPT) comparando os índices de violência e de criminalidade, para observar se houve decréscimo nesses indicadores, bem como verificar se houve melhora no comportamento, desempenho escolar, no relacionamento e na resolução de conflitos entre alunos, professores, famílias e comunidade. Procura descrever e entender como se dá o programa, apresentar o Programa Integrado de Inclusão Social e os bairros pertencentes ao Território de Paz e também suas principais características.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI é um programa do Governo Federal que trabalha segurança e cidadania através de ações de saúde, educação, renda e assistência. Este programa federal é implementado nas cidades com alto índice de vulnerabilidade, exclusão e criminalidade, e foi instituído no município de Esteio no ano de 2009, nos bairros do Território de Paz.

O Programa de Integrado de Inclusão Social - PIIS - foi implementado no município pela parceria entre a Prefeitura Municipal de Esteio com a empresa PETROBRAS. Nesta primeira etapa do programa, foi realizada a sensibilização e a mobilização das pessoas e empresas que poderiam contribuir e participar do programa, ou seja, seus atores e gestores. De acordo com uma assistente social do município de Esteio, a cidade, no bairro Parque Primavera recebeu o programa em 2004, sendo que as atividades foram intensificadas no ano de 2009, na Escola Estadual Maria Sirlei, tendo sido transferido para o Centro de Convivência no ano de 2011.

Atualmente, esse projeto encontra-se em implementação, uma vez que ações ainda estão sendo realizadas.

O Programa de Integrado de Inclusão Social não está dentro do PRONASCI, mas utiliza o espaço por ele criado, que é o Centro de Convivência do Território de Paz, além do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e do Posto de Saúde que atendem aos moradores dessas cinco vilas.

O Programa de Integrado de Inclusão Social (PIIS) é uma política pública de combate à violência, realizado através de oficinas, que tem por objetivo oferecer aos jovens o convívio social sadio, melhorando os relacionamentos. O programa está sendo desenvolvido no município de Esteio desde 2004 e busca o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através de atividades gratuitas em forma de oficinas educativas para a população infanto-juvenil. A ação é uma medida para ajudar a diminuir a violência a partir do esporte e proporcionar melhorias nas estruturas de educação, lazer, saúde e segurança da região.

O Programa é desenvolvido em vinte núcleos educacionais, distribuídos pelos bairros da cidade, sendo que no Território de Paz o Programa de Integrado de Inclusão Social começou em 2011. O seu início teve como marco o diagnóstico das diversas formas de violência na cidade e ficou constatado que os bairros Parque Primavera, Barreira, Hípica, Nazareno e Votorantim, pertencentes ao Território de Paz, possuem os mais altos índices de violência (assalto, homicídio, roubos) e de vulnerabilidade social (desemprego, soropositivos, casas sem saneamento básico e em condições precárias) de todos os bairros de Esteio. Diante desses fatores, os bairros foram selecionados para participar do Programa de Integrado de Inclusão Social (PIIS).

Relacionando com o ciclo das políticas públicas, essa primeira etapa foi à constatação do problema existente, ou seja, formação da agenda e definição do problema, caracterizando a situação calamitosa destes bairros como um problema político. A escolha desse Programa foi à alternativa pensada para resolução da questão da violência nesses bairros.

O Centro de Convivência do Território de Paz, ginásio onde se realizam as oficinas, foi inaugurado em 08 de fevereiro de 2011. Consiste em um espaço de integração sócio-cultural, nele acontecem as oficinas recreativas e esportivas para as crianças e jovens pertencentes às comunidades do Território de Paz. O ginásio é um espaço voltado para a prática esportiva, com quadra poliesportiva coberta, além de quatro salas para atividades múltiplas, palco e sanitários.

Para fazer parte do Programa é obrigatório que o jovem esteja frequentando a escola no turno inverso ao da oficina. Atualmente existem 12 oficinas em funcionamento, a de boxe é mais procurada. Por fim, o número de alunos atendidos pelo Programa é de 194, existindo uma fila de espera para fazer parte das oficinas.

O objeto desse estudo é o grupo social de moradores das cinco vilas pertencentes ao Território de Paz na cidade de Esteio, que são: Parque Primavera, Barreira, Hípica, Nazareno e Votorantim, em virtude de sua inclusão no Programa Integrado de Inclusão Social, que é uma política pública de inclusão social e combate a violência.

Assim, a questão de pesquisa consiste: Existem mudanças significativas nos níveis de violência e melhora de qualidade de vida na comunidade do Território de Paz, após a implementação do Programa Integrado de Inclusão Social?

O objetivo geral da pesquisa é identificar os impactos do Programa Integrado de Inclusão Social nas comunidades inseridas no Território de Paz.

Os objetivos específicos são:

- verificar qual o impacto do programa nos índices de violência e na qualidade de vida dos moradores dos bairros, comparando os dados entre os três anos em que o programa é realizado no Território de Paz, ou seja, desde início do ano de 2009.
- observar se houve mudança de comportamento (resolução de conflitos, cooperação) entre as crianças e jovens atendidos pelas oficinas de esporte e lazer (aprendizagem, frequência escolar);
- verificar a percepção da comunidade quanto aos resultados com a implementação do programa.

A presente pesquisa se justifica por oportunizar que se visualize na prática o funcionamento do Programa para compreender a ação da gestão municipal nesse território, para futuramente atuar em programas e projetos sociais com maior entendimento e eficácia;

Este estudo também se justifica pelo interesse em verificar os benefícios e as mudanças ocorridas na qualidade de vida dos moradores desses bairros através deste programa que oportuniza a integração social, pois são necessárias ações como essas, preventivas e educativas contra a violência para que o futuro desses jovens seja menos excludente, favorecendo a construção de valores e atitudes sadias.

Para a comunidade do Território de Paz a pesquisa possibilita que os moradores possam se “ver” no programa, se identificar como pertencentes a esse grupo, observando as mudanças nos índices de violência, incentivando a reflexão sobre as transformações ocorridas no cotidiano

de todo o grupo com essa oportunidade de convívio social sadio e benéfico. Busca tornar público esses índices para o restante dos munícipes, socializando essas informações, para que o preconceito, as barreiras e a distância entre as “duas” cidades diminuam.

Pretende, também, apresentar para a Prefeitura e para a PETROBRAS, empresa que apóia o programa, seus resultados e efeitos, apontando o que deve permanecer e o que pode ser melhorado.

O trabalho está apresentado na seguinte estrutura: no primeiro capítulo, que trata sobre o Programa Integrado de Inclusão Social, foram apresentadas às principais características do mesmo, sua constituição histórica e atual. E também definidos os seguintes conceitos: políticas públicas, sociais e políticas de combate a violência. Outros assuntos tratados nesse capítulo são a violência e exclusão social que ocorrem com frequência no Brasil, país com muitas desigualdades e injustiças sociais. O tema qualidade de vida e seus indicadores foram abordados para melhor diagnosticar a situação de vida das comunidades.

Relacionamos as atividades físicas e recreativas que influenciam no desenvolvimento e formação de crianças e jovens, ocasionando benefícios no comportamento, trabalhando a parte emocional, controlando a agressividade e deixando os alunos mais disciplinados.

As competências familiares foram definidas e balizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No segundo capítulo sobre os procedimentos metodológicos utilizados para a realização dessa pesquisa foram realizados os seguintes passos: método escolhido e justificativa; população e amostra; instrumentos de coleta de dados; operacionalização das variáveis; plano de coleta de dados; tratamento dos dados e limitações do estudo.

A análise de dados, detalhada no terceiro capítulo, expõe os dados das entrevistas realizadas com diversos atores sociais responsáveis pelo programa: coordenadora do PIIS coordenadora do Centro de Convivência, coordenadora de Projetos do Território de Paz e também análise das entrevistas junto aos pais/responsáveis dos alunos participantes do Programa Integrado de Inclusão Social.

Nesta etapa foram utilizados os dados dos índices de violência disponibilizados e elaborados pelo Observatório de Violência do Município de Esteio, sobre a comunidade atendida e beneficiada pelo Programa.

No último capítulo estão expostas as conclusões sobre os efeitos do PIIS no cotidiano dos moradores dos bairros pertencentes ao Território de Paz e nos níveis de violência e criminalidade.

1 PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL: POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE A VIOLÊNCIA

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando que a finalidade do governo ou do gestor público, não é apenas administrar, mas, também, “servir” a cidade tornando-a mais humanizada, deve ter como uns dos seus principais objetivos estar a serviço da comunidade para que, nas palavras de Aristóteles, citado por Ferreira (1998, p. 53) “não apenas vivamos juntos, mas vivamos bem, numa cidade que busque o bem estar de seus cidadãos que deve receber atenção por parte do governo, ou o governo passa a prestar atenção no referido problema”. Numa sociedade com crescentes demandas sociais torna-se essencial tentar saná-las e supri-las, diminuindo as desigualdades sociais e a divisão. Um problema é considerado público quando um grupo considerável de pessoas identifica dentro da própria cidade: uma central, organizada, legalizada e rica, e outra pobre e muitas vezes excluída e estigmatizada. Uma maneira de sanar essas desigualdades é através de políticas públicas sociais. Para Rua (2009, p.39) “a política compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e serviços públicos”. De acordo com a mesma autora: “é importante compreender que as políticas públicas são resultado de atividades políticas consistindo na resolução pacífica de conflitos, sendo um importante processo para preservação da vida em sociedade”, ou seja, mediando idéias, opiniões, conflitos, e interesses, incentivando o debate para que se chegue a consensos que beneficiem a coletividade.

Referindo-se às políticas públicas, Aguinsky *et al* (2009, p.64) afirma que:

os direitos humanos só se tornam reais na vida da população por meio de lutas políticas, capazes de fazer com que estes sejam garantidos legalmente e se materializem em políticas públicas, garantidos pela Constituição Federal de 1988, introduzindo pela primeira vez na história brasileira a assistência social como direitos dos cidadãos e dever do Estado.

Para Teixeira (2002), as políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, projetos, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de

vontade e as ações desenvolvidas. Destaca Teixeira (2002, p.2) que “devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos”. Portanto, de acordo com a visão destes e muitas vezes com outros interesses envolvidos, que não priorizam a coletividade, como deveria ser.

Por políticas públicas pode-se entender também o conjunto articulado de decisões orientadas para a resolução de um problema ou para a realização de um objetivo considerado de interesse público. As decisões constituem um padrão de atividade governamental a respeito do assunto e representam aquilo que é de fato realizado e não um conjunto de intenções.

Tais políticas são desenvolvidas por instituições governamentais e seus responsáveis por meio de processos políticos. Sua implementação pode ou não envolver organizações da sociedade, empresas e terceiro setor, e envolvem não somente a decisão de elaboração legal, mas os atos subsequentes relacionados à implementação, interpretação e cumprimento da lei. Elas podem ser instrumento de afirmação e materialização de direitos, mas também podem ser promotoras de iniciativas excludentes.

Um passo fundamental para a mobilização social frente às políticas sociais é conhecer quais são os instrumentos jurídicos e arcabouços legais que estão relacionadas a cada região.

Essas ações são decisões políticas que visam o bem estar social, buscando formas de melhorar suas condições de vida, atender suas demandas, objetivando a transformação de uma situação incomoda e indesejável. Dessa forma, elas não são privadas, mesmo que incidam sobre esferas privadas como a família, a religião ou o mercado, buscam sempre o bem coletivo, tendo como prioridade o bem social. A implementação de políticas voltadas para as classes econômicas menos favorecidas, tem retirado da linha de pobreza absoluta um grande número de famílias brasileiras.

Essas políticas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a divisão de poderes entre os atores envolvidos, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolvem vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Os interesses continuam aparecendo e existindo através do jogo social, que é movido por interesses e conflitos, a diferença é que esses são mediados, observando e respeitando as diferentes visões de mundo dos atores envolvidos e elegendo as ações que tem por foco o bem comum, ou seja, há discussão e debate para se chegar a objetivos comuns. O direito a cidadania é a forma mais moderna entre o conflito de classes, por ser a luta entre os significados, direito à palavra, a expressão, à vontade e a política, redefinindo direitos e reflexões.

As políticas com fins sociais são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses.

Para Garcia (2004, p.18), atualmente as parcerias com empresas ou Organizações não Governamentais – ONG's, que se associam às prefeituras, como multiplicadoras de políticas sociais formando parcerias para execução e elaboração de programas sociais.

Essa associação supostamente favoreceu todos os implicados: o Estado, que passou a contar instituições que demonstram folego e quase sempre maior conhecimento de causa; as organizações não-governamentais, que capitalizaram maior respaldo político e suporte material; e, por fim, a população usuária, que usufrui a ampliação e melhoria dos serviços.

Garcia (2004) analisa que em termos de interlocução política com o Estado, esta é uma conquista valorosa para a democratização das esferas de gestão e controle social, embora uma análise mais crítica aponte para o perigo da desresponsabilização do Estado como garantidor das políticas públicas. Essa análise nos mostra dois ângulos da questão das parcerias público/privadas: se por um lado agilizam os serviços ofertados a população, por outro desoneram o Estado de suas obrigações constitucionais.

As ações governamentais que compreendem a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002). É preciso entender a composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é hegemônica ou suscetível às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade. A maioria das cidades apenas “engatinha” na participação social e o poder local não é dividido entre os atores sociais, ele é “mascarado”, pois uma mínima parte da população é ouvida, prejudicando a eficácia e a eficiência de políticas públicas e projetos sociais de qualidade para a população.

Os atores envolvidos nas políticas para minimizar os problemas sociais são: partidos políticos, associações de classe, conselheiros, agentes políticos, pesquisadores, mídia, grupos religiosos, ONG's, funcionários públicos e também, e muito importante, a própria comunidade que será beneficiada pela política pública. É preciso que as demandas sejam debatidas entre os diferentes atores, que seja dada a devida atenção para cada visão de mundo, aproveitando essa troca de experiências e conhecimento para enriquecer os debates, mas também diminuindo conflitos, para que haja consenso sobre a política pública e que esta “saia” do papel, trazendo soluções e benefícios para a comunidade, em tempo hábil e de maneira eficaz.

O público-alvo das políticas sociais, de acordo com Aginsky *et al* (2009) são cidadãos e grupos que se encontrem em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; exclusão pela pobreza; falta de oportunidades, falta de emprego e renda; diferentes formas de violência; uso de substâncias psicoativas; discriminação por etnia, credo ou sexual; desvantagem pessoal por ser portador de alguma deficiência. Além disso, se prioriza a criança, o adolescente e também a família.

Os ciclos ou momentos das políticas públicas, segundo Castro (2010) são: agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação. Já para Rua (2009), além deles há alternativas e ajustes, que são respectivamente, apresentação de propostas para resolução de problemas pelos atores envolvidos e os ajustes que complementam a avaliação, como o próprio nome diz, com ajustes e adequações necessárias para se chegar aos resultados esperados. Para cada uma dessas situações podemos abordar diversas questões sobre a relevância, legitimidade, representação social e todos os temas ligados a nossa qualidade de vida.

A primeira etapa ou ciclo dessas políticas voltadas para o bem estar comum a todos é a constatação do problema existente, ou seja, formação da agenda e definição do problema. A formação da agenda é a inclusão de demanda ou necessidade social na lista de prioridades do poder público, sendo fundamental para que as mesmas futuramente se transformem em políticas públicas. Nesta etapa é feita a identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da sociedade para que entre na agenda política.

Depois de identificado e delimitado o problema, a política entra na fase de elaboração, diagnóstico, formação das alternativas e tomada de decisão, na qual são pensadas as propostas

para resolução dos problemas existentes. Nesta etapa são determinadas as possíveis alternativas para sua solução, é feita também a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas, estabelecendo prioridades e quem serão os atores envolvidos, bem como de que modo serão feitas as negociações entre esses diferentes atores.

A formulação, de acordo com Castro (2010) é a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro e novamente quem serão os atores envolvidos. Na elaboração e formulação é importante que se faça um diagnóstico participativo e estratégico para que a política seja efetuada com maiores chances de efetivação, com os principais atores envolvidos, no qual se possam identificar os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades e potencialidades.

A implementação de uma política pública faz parte de seu planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos que consistem nos planos, programas e projetos.

A execução é a fase em que as ações pensadas e planejadas são colocadas em prática sendo o conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política.

O acompanhamento é um processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade que tem o propósito de realizar correções e melhorias no sentido de garantir o alcance dos objetivos.

Na avaliação são mensurados e analisados os efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, ou seja, é onde se verifica a efetividade do programa ou projeto na sociedade através da avaliação da mesma, seus resultados junto às comunidades, se houve mudança na realidade social e se os objetivos propostos foram alcançados com êxito.

Rua (2009, p.37) entende que:

a correta compreensão do ciclo das políticas públicas pode ser de grande valia para o gestor, pois através das etapas do ciclo é possível observar o que precisa ser mudado, revisto, melhor elaborado auxiliando-o a refletir com clareza sobre como e mediante quais instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas.

Portanto, para que as mesmas sejam mais efetivas, para que se alcancem os objetivos que a política pública se propunha a resolver, mudando a realidade da comunidade beneficiada pela política.

Vemos que os grupos excluídos dificilmente conseguirão mudar seu *status* sem receberem auxílio para tanto, sendo imprescindível que as políticas públicas realmente

passem a atender de forma eficaz o cidadão nas áreas de educação e saúde, que são a base para que a população tenha um mínimo de dignidade e perspectiva para uma vida melhor.

As considerações acima evidenciam a gravidade da situação e mostram que a exclusão de bens materiais e culturais faz parte do cotidiano de uma grande parte da população brasileira. Este processo expulsou a população de baixa renda para áreas cada vez mais distantes, para as periferias da cidade, de menor valor do solo urbano em relação às áreas mais centrais e de melhor infra-estrutura urbana. Para os moradores da periferia são comuns as carências de recursos públicos como saneamento, transporte e atendimento médico, entre outros. É um espaço desordenado e segregado que se localiza há grandes distâncias dos serviços sociais básicos e dos locais de trabalho de seus moradores, ou seja, longe da cidade central, formal e legalizada.

1.2 POLÍTICAS SOCIAIS

Pode-se considerar política social a intervenção estatal no fornecimento de bens sociais dirigidos a todos os cidadãos de uma mesma sociedade (nação). A execução dessa política é garantida por mecanismos legais e/ou institucionais, aos quais os cidadãos podem recorrer, isoladamente ou em conjunto, caso não sejam atendidos, conforme o entendimento de Enrique Saravia (2006).

Essa definição pode ser considerada típico-ideal, pois não inclui as contradições inerentes à política social no capitalismo. No entanto, tem sido a partir do público em oposição ao privado e do direito em oposição ao favor que se tem travado o debate sobre a possibilidade das políticas sociais na atualidade. E essas políticas não residem, como pode parecer, no plano estritamente ideológico, mas se referem aos problemas vividos pela sociedade contemporânea, no que diz respeito à nova ordem social que se esboça para o futuro.

Com o fim das idéias socialistas tradicionais e o avanço das chamadas políticas neoliberais, esse embate é, na realidade, uma reprodução, em nova roupagem, do dilema histórico entre liberalismo e bem-estar, ou proteção social.

No entanto, como ressalta Saravia (2006), o desenvolvimento das políticas de cunho social não se restringiu ao Estado, nem logrou acelerar a conscientização das classes

subalternas e, principalmente, do proletariado no sentido da oposição ao capitalismo, como previam setores socialistas, nem restringiu os benefícios sociais à relação entre Estado-provedor e população, como garantia da paz social, como prega a socialdemocracia.

Nos países com políticas de bem-estar social (*welfare state*), o diferencial das políticas sociais é que elas se desenvolveram como garantidoras de direitos sociais de cidadania. E isso ocorreu na forma de direitos e não por necessidades da acumulação, para o que seria suficiente o fornecimento de bens para garantia da reprodução, manutenção e formação da mão de obra, nem pela necessidade de legitimação via amenização de conflitos, para o que também seria suficiente o Estado-provedor, executando a clássica fórmula de antecipar-se àqueles conflitos.

As políticas voltadas para a sociedade são as políticas desenvolvidas pelo governo através de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma mais igualitária e justa. Essas têm por finalidade assegurar à população o exercício de direito de cidadania, portanto: acesso à educação, a saúde, ao trabalho, a assistência social, a previdência social, a justiça, a agricultura, ao saneamento básico, a habitação e ao meio ambiente, melhorando o bem estar e a qualidade de vida das comunidades.

Conforme ressalta Yazbek (2009, p.29) sobre as desigualdades sociais e divisão de renda injusta:

Em uma sociedade assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira, as políticas sociais, ao regular as relações sociais, não só favorecem a acumulação e oferecem bases para a legitimação do Estado, como reproduzem a dominação. Do ponto de vista político, além de encaminhar para frentes menos conflitivas as relações entre o capital e o trabalho, essas políticas têm o objetivo de estancar e minimizar as tensões sociais e manter as bases do apoio do Estado, conferindo uma face mais humanitária ao capitalismo. Do ponto de vista econômico, interferem no próprio processo de reprodução social da força de trabalho ao possibilitar o acesso a recursos sociais.

A população alvo das ações políticas, para a absoluta maioria da população brasileira, que vive um quadro de degradação das condições de vida, onde os indivíduos “lutam” por sua sobrevivência com pouco sucesso, necessitam recorrer aos programas de assistência social e a programas sociais. Yazbek (2009, p. 30) evidencia uma outra face das políticas sociais:

se a administração da desigualdade é a ótica da ação estatal, para as classes subalternizadas e excluídas da assistência, os serviços sociais em geral, se colocam como modalidade de acesso a recursos sociais e é assim que se apresentam como reivindicação básica de movimentos dos subalternos em seu processo de luta por direitos sociais.

Assim sendo, o Estado tem ofertado as classes subalternizadas políticas sociais paliativas, sem o intuito verdadeiro de mudar realmente a situação dessas pessoas, não lhes dando condições de serem protagonistas em suas vidas, tornando-os eternamente dependentes das políticas de assistência.

A baixa escolaridade prejudica a constituição de um pensamento crítico, dificultando o exercício do voto, impactando na adequada escolha de seus governantes, que deveriam criar políticas públicas abrangentes e inclusivas. Esses anos a menos de estudo, diminuem suas chances no mercado de trabalho, recebendo salários menores, sendo difícil de sair desse meio e dessa situação, não há oportunidades iguais, assim se mantém a coisa como está, num ciclo vicioso, onde nada muda, o nível de vida não melhora, não evolui. Conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2008, quanto maior for à escolarização, maior é o crescimento econômico do país, bem como há melhora nas condições sociais de seus habitantes.

A incorporação das demandas das classes subalternizadas, que ainda vigoram nas políticas sociais, põe em questão até que ponto essas políticas são ou não funcionais aos interesses da população. Neste tipo de relação Estado/sociedade caracteriza-se a força do Estado frente a uma sociedade pobre, debilitada, mantida em uma condição de alienação, consoante Yazbek (2009, p. 30) citando Sposati *et al* (1985, p. 22). Trata-se de uma relação que, sob a aparência da inclusão, reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada, e oferece como benefício o que é na verdade direito da população.

Os socialmente compreendidos como “assistidos”, vivem num universo marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e também para Yazbek (2009, p.31) pelas “estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo”. O acesso aos bens e serviços básicos, como alimentação, vestuário, lazer, entre outros, dependem do nível de rendimento alcançado pelas famílias. No Brasil o nível de bem estar atingido é muito baixo.

Ananias (2008), por outro lado, tem uma visão mais otimista sobre as políticas sociais, ressaltando que as medidas tomadas no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva trataram como prioridade a agenda social, que possibilitou estabelecer um novo paradigma para o planejamento das políticas sociais, possibilitando a discussão de um planejamento de desenvolvimento integrado, abrangendo diversas dimensões: econômicas, sociais, culturais e

ambientais. Rompe-se, assim, com a visão de que o crescimento por si só, promoveria a inclusão social e ressalta a importância da justiça social e da inclusão para que o país se desenvolva integralmente, trazendo qualidade de vida para todos os seus cidadãos e não apenas para uma minoria.

Ainda segundo Ananias (2008), recentes pesquisas tem demonstrado que essa orientação tem surtido resultados positivos na economia, a cada ano, desde 2003. Com a incorporação dos mais pobres ao mercado de trabalho geram-se empregos e recupera-se o poder de compra do salário mínimo através dos programas de transferência de renda. O número de pessoas em situação de pobreza e o grau de desigualdades na distribuição de renda no Brasil têm diminuído significativamente.

Um bom exemplo de política social, que surtiu excelentes resultados, é o Programa Bolsa-Família, criado durante o segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como um programa de ajuda de custo para as famílias de baixa renda. Para cada filho matriculado e que estivesse frequentando a escola regularmente, a família receberia um valor em dinheiro, incentivando assim, que as crianças fossem para a escola. Esse programa foi mantido, melhorado e ampliado no governo de Luis Inácio Lula da Silva, ele unificou os programas de proteção social, aumentou o valor do bolsa-família e também mais famílias foram favorecidas, aumentando o número de alunos nas escolas, contribuindo no poder de compra dessas famílias.

A implementação de políticas públicas voltadas para as classes econômicas menos favorecidas, tem retirado da linha de pobreza absoluta um grande número de famílias brasileiras.

As políticas sociais geram melhoria na economia, pois essas políticas incorporam novas pessoas no mercado interno e ajudam a formar cidadãos que, ao consumirem e a terem oportunidades de inclusão produtiva, dinamizam a economia. Há várias evidências de que o investimento no atendimento as necessidades humanas básicas melhoram a produtividade e o crescimento econômico, ampliando o retorno dos investimentos.

A situação de pobreza não é apenas insuficiência ou baixa renda, ela é resultado de diversos fatores: baixa escolaridade, pouca qualificação, dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, acesso a postos mal remunerados e sem perspectivas de crescimento profissional. Outra parte cruel da pobreza é sua reprodução entre gerações: filhos de pais

pobres não têm as mesmas oportunidades de desenvolvimento educacional e de inclusão social que os filhos das famílias mais abastadas (ANANIAS, 2008).

O desenvolvimento social engloba ações articuladas entre políticas educacionais, saúde, reforma agrária, moradia, transporte coletivo, geração de emprego e renda, economia solidaria, assistência social, segurança alimentar, transferência de renda, saneamento e cultura.

As políticas sociais devem ser implementadas como políticas permanentes, que acompanhem as demandas da população, de acordo com sua evolução e não apenas como medidas paliativas. É necessário dar base e apoio as populações excluídas através dessas políticas, dando “ferramentas” para que as pessoas tenham melhores condições de vida e de trabalho, tornando-se posteriormente independentes desses programas, incentivando a autonomia dos cidadãos, dando oportunidades para que outras pessoas também consigam essa emancipação. Portanto, devem sanar e diminuir as mazelas deixadas pela nossa histórica dívida social, promovendo o resgate das situações que atentam contra a dignidade humana, promovendo a melhora na qualidade de vida dos cidadãos.

O desenvolvimento de uma sociedade se dá de maneira completa quando todos os seus membros podem realizar plenamente suas capacidades e aspirações, a partir de condições de igualdade de direitos e de oportunidades. Para ser um processo efetivo, o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais, aumentando a renda, a qualidade e o bem estar de seus moradores.

1.3 POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE A VIOLÊNCIA

A segurança é uma das grandes demandas sociais, vasta tarefa a cumprir, sendo motivo de muita preocupação. Ela envolve múltiplos aspectos e várias questões, tais como educação, emprego, geração de renda, oportunidades, contexto social em que uma comunidade está inserida. Por essa razão, os programas para prevenção e combate à violência devem contemplar várias formas de intervenção e não apenas ações isoladas. Portanto, deve ser amplo, abrangente, integrado, utilizando ações de segurança, educação e projetos sociais de forma complementar, pois ações pequenas, isoladas e paliativas não conseguem promover

mudanças significativas no campo da segurança pública, e para isto, é necessário uma sociedade consciente e participativa que busque de forma organizada a tão sonhada segurança.

Existem atualmente vários programas e projetos voltados para o público infanto-juvenil, com atenção especial aos jovens que moram em lugares violentos, oferecendo esporte, cultura, educação, que proporcionam apoio, incentivo e proteção aos jovens em território vulnerável.

A maioria das políticas sociais de combate à violência prioriza a educação, pois ela é o caminho para a humanização e para a transformação. Essa mudança somente é possível para quem tem a capacidade de criticar, refletir e agir. É fundamental que haja ação, sem ela não existe modificação da realidade. Para Ferrazzo (2010) é urgente e necessária a intervenção da educação na parte da sociedade “doentia” para uma transformação em uma sociedade humanizada, solidária e de paz. As políticas sociais, voltadas para a educação dos jovens, oportunizam espaços de construção e desenvolvimento de valores éticos de aprendizagens significativas, favorecendo a formação de cidadãos críticos e reflexivos, abrindo espaços para questionamentos, argumentações e contra-argumentações, ou seja, para que os mesmos possam exercer sua cidadania plena.

De acordo com dados apurados por Yazbek (2009, p.22) citando o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1991, p. 25) cresce a violência contra crianças e adolescentes, apenas em 1989, foram mortas violentamente 457 pessoas no Brasil, entre crianças e adolescentes, empurradas precocemente pela pobreza crescente em direção ao mercado de trabalho, quando não para a vida na rua, crianças e adolescentes paradoxalmente não melhoram muito os baixos níveis de vida de suas famílias. Sem possibilidades de escolarização e profissionalização, ocupam posições ocupacionais desqualificadas e com baixos salários, situação que muitos obedientemente, tendem a reproduzir na vida adulta, outras acabam por se inserir no mundo da delinquência. Conforme Yazbek, citando Adorno (1991), a maior parte das crianças pobres é cogitada a lutar por si mesmas e por suas famílias e, assim sendo, têm alterado o curso de sua socialização e o caráter lúdico de sua identidade infantil.

Em toda história do Brasil, crianças e adolescentes pobres sempre foram vítimas de violência e de preconceito por parte da sociedade que os caracterizava como seres inferiores e dignos de piedade. Segundo Andrade (2010), desde a publicação do Código dos Menores, em

1927, até sua reformulação em 1979, o regime político, sendo democrático ou autoritário, utilizou-se da prática de internar crianças e adolescentes em instituições, com a finalidade de lhes corrigir o comportamento, educá-los e integrá-los socialmente.

Nesse período, conforme Andrade (2010), os países que compunham a Organização das Nações Unidas – ONU, preocupados com o aumento progressivo do número de crianças e adolescentes em situação de risco, aprovaram, em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Mesmo o Brasil tendo assinado essa declaração, foi somente na Constituição Federal de 1988 que os direitos das crianças e adolescentes começaram a ser verdadeiramente assegurados.

Segundo Andrade (2010), durante a Assembléia Constituinte, um grupo de trabalho, comprometido e preocupado com o tema da criança e do adolescente, elaborou o artigo 227 da Constituição, que introduziu a Doutrina da Proteção Integral pensada pela ONU (extinguindo a Doutrina da Situação Irregular), e que inspirou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. De acordo com essa legislação, o Estado assume sua responsabilidade sobre o atendimento integral às crianças e aos adolescentes, considerando-os sujeitos de direitos, deveres e saberes.

A Lei que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, foi sancionada pelo Presidente Fernando Collor de Mello. O Estatuto é um instrumento de cidadania, sendo uma lei, fruto da luta de movimentos sociais, profissionais e de pessoas preocupadas com as condições e os direitos infanto-juvenis no Brasil. Ele foi especialmente criado para revelar os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes. Também há neste estatuto os direitos e deveres dos adultos (BRASIL, 1990).

Apesar da existência e vigência do ECA, muitas crianças e adolescentes convivem ainda com a privação de seus direitos básicos, o que, muitas vezes, os obriga a abandonar as atividades educativas pertinentes à sua faixa etária e a encarar a condição de adulto, responsável pela sua sobrevivência pessoal e/ou familiar. Essa situação é, na maioria dos casos, reflexo do desemprego, e atinge, sobretudo, a população de baixa renda. Nesta dura realidade de luta pela sobrevivência, a “rua” se configura como local que possibilita o sustento de muitas crianças e adolescentes, por oferecer condições de ganhos necessários para sua manutenção, através da mendicância, roubo, prostituição ou do tráfico de drogas.

No Brasil percebe-se uma desqualificação do trabalhador assalariado, este trabalhador tem a sobrevivência medida por sua renda, o que restringe seu nível de consumo no cotidiano,

tanto de produtos, quanto de bens culturais. Com isso, ele fica cada vez mais desatualizado para as crescentes exigências do mercado de trabalho, tornando-se descartável, e, conseqüentemente, mais pobre e sem perspectivas de melhorar sua qualidade de vida.

A condição de pobreza impulsiona o trabalhador a violar os códigos, símbolos e signos impostos pelo Estado. No entanto, são estes que, verdadeiramente, violentam o trabalhador pobre, pondo-o numa situação de desigualdade e injustiça (ANDRADE, 2010).

Andrade (2010) esclarece que a situação em que se encontrava a população trabalhadora brasileira do século XX também foi responsável pelo agravamento da pobreza, obrigando desempregados, crianças e adolescentes em situação de risco social a perambular pelas ruas das cidades, a desenvolver atividades, visando à sobrevivência, e a se tornar, assim, um estorvo para o Estado. A falta de emprego tem forçado várias famílias a utilizar os filhos pequenos como instrumentos de geração de renda, as crianças e os adolescentes, saem à rua para arranjar dinheiro. Agravando ainda mais a situação, na maioria dos casos, o número de filhos das famílias é grande, aumentando as privações e também tornando as moradias impróprias, casas pequenas e precárias, sem acomodações para todos os seus integrantes, ocasionando desconforto, conflitos e/ou promiscuidade. Dessa maneira, tornou-se comum encontrar em diversas cidades brasileiras um número considerável de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como de diversas políticas que tentam dar conta dessa problemática.

Essa realidade social “empurra” as crianças e jovens para as ruas, para ambientes inadequados, para a promiscuidade, para a violência, para o mundo das drogas e do tráfico, sendo vítimas fáceis para todo tipo de abuso e agressão, os afastando da escola, dos estudos, de um convívio familiar sadio, de uma vida mais regrada com responsabilidades e atividades que seriam comuns nessa fase de vida: estudar, brincar e se socializar.

A violência, para muitos, pode representar o fim de seus sonhos. Segundo Feffermann (2006, p. 204), para vários jovens, devido às situações inusitadas, “o momento presente é o único tempo que lhes é possível”, e o seu futuro é, muitas vezes, incerto, marcado pela indeterminação ou morte. Despertar o desejo de mudança entre as crianças e adolescentes, de maneira que eles consigam construir seu projeto de futuro longe das drogas e das ruas, torna-se muito difícil quando não existem mecanismos que possibilitem a efetivação desse desejo.

Se não houver políticas sociais que os amparem, lhes dando estrutura e possibilitando principalmente a educação, essas crianças e jovens, provavelmente terão na vida adulta empregos informais, ou mesmo que de modo formal, terão salários com baixa remuneração,

assim como seus pais, e assim serão seus filhos, num círculo de pobreza, baixa qualidade de vida e bem estar, deixando essas pessoas num patamar de vida inferior, com expectativas que não se realizam.

Mas apesar dos fatos citados acima, após a promulgação do ECA, em 1990, muitos municípios brasileiros implantaram políticas públicas para garantir os direitos de crianças e adolescentes que se encontram em situação vulnerável. Existem hoje muitos programas e projetos voltados para esse público, com ações preventivas e educativas contra a violência e a exclusão social, projetos culturais, esportivos e profissionalizantes, sendo uma nova fase no que se refere ao atendimento às crianças e jovens em risco social.

Algumas políticas sociais de combate a violência que estão em execução:

Território de Paz - existem várias comunidades que necessitam de atenção especial para resolverem as questões de segurança pública, esses lugares foram instituídos de Territórios de Paz. O programa oferece aos moradores a participação em projetos sociais e ações de segurança. A comunidade se beneficia e tem a chance de conhecer seus direitos e deveres exercendo sua cidadania.

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – oferece aos jovens que residem em locais violentos, educação, cultura, esporte e inclusão digital, para os presos ou ex detentos oferece a chance de estudar e de aprender uma profissão, investe na valorização dos profissionais de segurança pública com capacitação, melhoria salarial e facilidades para a compra da casa própria. Proporciona também acesso à justiça, combate ao crime organizado e à corrupção policial.

Projeto Mulheres da Paz - é uma das ações do PRONASCI que usa a experiência de vidas das mulheres moradoras da comunidade para que estas ajudem a colocar em prática ações para prevenir e reduzir a criminalidade, para isso recebem uma bolsa no valor de R\$ 190,00 mensais como incentivo. Milhares de mulheres em todo o Brasil estão participando desse projeto e aprendendo como ajudar a orientar as pessoas a procurarem a Justiça e a resolver problemas de forma pacífica e justa, além de noções de direitos humanos. As Mulheres da Paz incentivam a participação dos jovens nos projetos sociais, culturais, esportivos e profissionalizantes do PRONASCI nas comunidades onde vivem.

Programa de Integrado de Inclusão Social (PIIS) - trabalha a socialização e a inclusão social das crianças e adolescentes através de atividades culturais e recreativas na forma de oficinas, oferecidas no turno inverso ao escolar.

Programa Mais Educação - é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com os municípios, tendo como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações, em consonância com o Projeto Político Pedagógico das escolas, ampliando tempo, espaços e oportunidades, possibilitando a todos o "direito de aprender", transversalidade dos saberes comunitários/ saberes do mundo e da vida. Visa promover o desenvolvimento de atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005. Nesses estudos destacou-se o uso do “Índice de Efeito Escola – IEE”, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município onde a escola se localiza. Os estudantes permanecem sete horas na escola, no contra turno escolar, onde recebem refeições, participando de atividades pedagógicas, cultura e artes, inclusão digital, meio ambiente, esporte e lazer.

Programa Escola Aberta - promove atividades nas escolas para os estudantes e a comunidade. Além do conteúdo pedagógico, desenvolve alternativas de lazer, esporte e cultura, bem como geração de renda para jovens. É desenvolvido pelas prefeituras municipais em parceria com o Governo Federal e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o objetivo de desenvolver uma cultura de paz, pois nas comunidades mais carentes, grande parte dos casos de violência ocorrem principalmente aos finais de semana, quando os jovens acabam ficando sem opções de lazer na comunidade em que vivem. O programa traz uma alternativa que vai além de abrir portas, abre horizontes e barra o caminho da violência entre os jovens. Usa os espaços físicos das escolas nos finais de semana, oferecendo atividades desportivas, artísticas e sócio culturais aos jovens e à comunidade. Objetivos: diminuição dos índices de violência; fortalecer o papel da escola como pólo irradiador de cultura; fortalecer as ações políticas e pedagógicas das escolas e das comunidades envolvidas; aproximar escola e comunidade; provocar mudanças nas relações da

escola com a sociedade; envolver os jovens na elaboração e na execução do projeto preparando-os para um melhor exercício da cidadania.

Brigada Solidária – a Brigada Militar utilizando-se de um *motor home* que circula e que também permanece fixo, por alguns dias, dependendo da situação encontrada, junto aos bairros violentos e periféricos dos municípios, com ações de segurança, serviços a comunidade e palestras de prevenção a violência.

Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) - é um órgão da secretaria de assistência que tem por finalidade o atendimento de baixa complexidade a população, com ações de orientação, encaminhamentos as políticas públicas pertinentes ao seu caso. O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada a sua capilaridade de territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa à função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Os programas e projetos citados, além de promoverem a emancipação e autonomia dos participantes, desenvolvem valores, que se internalizam no educando a medida que o torna parte da vida em sociedade e leva-o a compartilhar com os demais membros da comunidade conflitos, aflições e aspirações comuns, dando-lhes condições e suporte para solucionar esses problemas. Os programas cumprem sua função, desenvolver a integração social, o sentido de pertencimento, ou seja, a cidadania.

Ações como essas, preventivas e educativas contra a violência são extremamente necessárias para diminuição nos níveis de violência, principalmente entre o público jovem, que são justamente mais vulneráveis e influenciáveis as questões referentes a esse tema, para

que o futuro desses jovens seja mais ameno, com mais oportunidades e menos excludente, favorecendo a construção de valores e atitudes sadias.

1.4 VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo La Paz (2009) entende-se por violência qualquer ação que viole os direitos humanos, podendo ser física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Ela constitui-se em um problema social, cultural, jurídico, político, econômico e de saúde pública. Definindo violência doméstica e familiar como toda a ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Esta violência pode ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer integrante da família que tenha relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços consangüíneos.

A violência é um fenômeno social específico, histórico, relacionada às condições socioeconômicas e que possui raízes e formas no cotidiano das relações interpessoais. Perpetrada contra crianças e jovens, divide-se, basicamente, em duas: violência social e violência doméstica. Na primeira, verifica-se o abandono material, a fome, a ausência de abrigo ou de habitação, a falta de escolas e a exposição a doenças infecto-contagiosas frente a situações da falta de saneamento básico. Na segunda, as crianças e jovens vitimizados sofrem violência física, psicológica, sexual, negligência e exploração sexual (DESLANDES, 1994).

Conforme o Ministério da Saúde (1993) o tema violência tornou-se prioritário no final da década de 80, em todos os setores que trabalham com crianças e adolescentes, e isso requer a sistematização do conhecimento das formas de violência, a fim de propor medidas de prevenção e assistência adequadas, além de adotar uma abordagem interinstitucional, atendendo às realidades locais.

Atualmente, de acordo com Adorno (1993) as demandas da sociedade civil por melhores condições de vida para o segmento criança e adolescente contrastam com a miséria crescente e com a multiplicação das ocorrências de violência em todas as esferas da vida social. A abordagem desse tema tem se tornado, no transcorrer dos anos, uma das prioridades para os setores da assistência social, da saúde, da educação, da polícia e da justiça criminal, apresentando uma ampliação contemporânea da consciência do valor da vida e dos direitos de cidadania.

Para Ferrazzo (2010) a pobreza não torna justa a violência, apenas mostra uma das razões dela acontecer. Também não é indicativo, pois todas as classes econômicas estão envolvidas em práticas ilícitas, infrações, agressividades e violência. A autora aponta ainda que “a sociedade abandona a criança e o adolescente, criando vítimas e que estas farão outras vítimas”. Não se pode naturalizar a violência, tornando-a banal, pelo grande número de casos que ocorrem cotidianamente, nem impedir questionamentos, mas sim abrir espaços cada vez maiores de discussão e reflexão para que, através da conscientização, viabilize-se o protagonismo na prevenção e na contenção de violências sociais.

As violências decorrentes das deficiências ou ausências de políticas públicas, principalmente na área da educação, refletem também na formação deficiente de crianças e adolescentes e em toda a sociedade, gerando muitas vezes, perdas irreparáveis. Segundo Ferrazzo (2010) muitos desses jovens perderão suas vidas precocemente, por falta de políticas educacionais e de proteção, trocando experiências de uma convivência escolar saudável por drogas incapacitantes e mortíferas. A educação é facilitadora de condutas para a não violência, desenvolve a personalidade e o indivíduo aprende a se relacionar harmonicamente estabelecendo e aceitando regras de convivência. Aprende a respeitar seus próprios limites e também as diferenças do coletivo, exercendo a cooperação, a tolerância e a solidariedade. Para Ferrazzo (2010), além disso, a educação permite vivenciar valores como a confiança, o respeito, a observação da ordem, o respeito ao patrimônio e o engajamento coletivo. Através das atividades físicas, vivenciadas através de oficinas, é favorecido a inclusão social e o sentimento de pertencimento a um grupo.

Para Ferrazzo (2010, p.9) “mentes ocupadas em ações positivas permitem discernir o que é certo ou errado, permitido e não permitido socialmente”. É disso que crianças e jovens necessitam para não se envolverem em questões referentes a comportamentos inadequados, agressivos e violentos.

A violência se faz presente na maioria das cidades, onde elevados índices de criminalidade são acompanhados de desigualdade social, miséria, falência do poder público, ineficiência das políticas na área de segurança e frustrações geradas pela sociedade de consumo. Contudo, considerando-se que a violência não se restringe a lugares e grupos em situação de pobreza, também se frisa a associação entre violência e um individualismo que exclui o outro, a solidariedade, a ética de convivência e a orientação por projetos político-

sociais. É quando se ressalta o desencanto com o coletivo, realização da modernidade tardia, e o hiperconsumismo (LIPOVETSKY, 2005).

Pinheiro (2010) comenta sobre a divisão interna da cidade, a transformando em duas cidades distintas, uma formal e outra informal, é o que acontece na cidade de Esteio, nos bairros pertencentes ao Território de Paz. Esse território era e ainda é excluído e estigmatizado pelos outros municípios por ser a região mais violenta do município, pois possui o maior número de assaltos, homicídios, tráfico de drogas (crianças e jovens envolvidos). Existe ainda no Território de Paz uma grande dificuldade de conseguir oficinheiros para trabalhar nas oficinas do Programa Integrado de Inclusão Social, por causa desses motivos: medo, violência e insegurança.

O preconceito contribui para aumentar a distância entre as duas cidades, pois a insegurança reforça as questões de individualismo “fechando” os indivíduos em si mesmos, isolando-os, reforçando processos de exclusão, nos quais: alarmes, câmaras de segurança, muros, condomínios fechados e altos muros, são um reflexo de tentativas de resoluções paliativas frente ao problema tão complexo que é a violência.

Violência urbana é um fenômeno social de comportamento propositalmente agressivo e/ou transgressor de regras e atitudes ocasionadas através do convívio social. A violência urbana é gerada por vários fatores, tais como: falta de oportunidades, trabalho, renda, educação, estrutura familiar, falta de modelos e valores deturpados. Portanto, a violência é consequência das condições de vida e do convívio em espaço urbano, pois a vida em sociedade gera conflitos permanentes entre as pessoas.

A violência não pode ser simplesmente “mascarada”, ficar oculta, deve ser combatida de maneira preventiva, para que o problema seja resolvido e para que haja mudança na realidade de comunidades violentas, excluídas e segregadas, já que a falta de oportunidades gera vulnerabilidade social que pode ocasionar a violência.

De acordo com Iamamoto (2008, p.188), a exclusão pode ser definida como:

A exclusão, produto do desenvolvimento capitalista, é apreendida como uma forma de pertencimento ou uma modalidade de inserção da população sobrando na vida social, conformando uma exclusão integrativa.

Iamamoto (2008), citando Martins (1989) aponta as ideias de Marx, explicando a exclusão integrativa como um tipo de exclusão que cria excedentes populacionais úteis, ou seja, são excluídos do processo de trabalho, mas incluídos no processo de valorização por meio de formas indiretas de subordinação do trabalho ao capital e por meio de subordinação

real, mas por vias clandestinas, em trabalhos informais, que na sua maioria são insalubres, mal remunerados, muitas vezes indignos. Esses trabalhadores não têm direitos, assistência e muito menos férias, lazer ou qualidade de vida, sendo as políticas públicas de Inclusão Social uma das oportunidades de melhorar sua qualidade de vida e integração junto à sociedade.

Segundo Michaud (1989), existe violência quando numa situação de interação, um ou vários atores, direta ou indiretamente, causam prejuízos a um ou vários indivíduos em graus variáveis. Significa a invasão em uma atitude violenta ou agressiva que pode ferir não apenas a integridade física, mas também a moral, a dignidade pessoal, o patrimônio, assim como as representações simbólicas.

Por outro lado existe a cultura de paz, a proposta do Programa Integrado de Inclusão Social é justamente a disseminação da “cultura de paz”, diminuindo a violência, os conflitos, gerando bons hábitos de convivência social entre os moradores do Território de Paz, favorecendo o diálogo e o entendimento entre os moradores, proporcionando melhora no bem estar e qualidade de vida dos mesmos, diminuindo o estigma de comunidade violenta e perigosa, transformando a realidade da comunidade.

De acordo com a Sra. Iracema Pietro Biasi, Coordenadora do Território de Paz de Esteio, a cultura de paz é: respeitar a vida e a diversidade, rejeitar a violência, ouvir o outro para compreendê-lo, preservar o planeta, redescobrir a solidariedade, buscar o equilíbrio nas relações de gênero e étnicas, fortalecer a democracia e os direitos humanos. Tudo isso faz parte da cultura de paz e convivência. Biasi (2011) ressalta ainda que a cultura de paz não significa a ausência de conflitos, mas sim “a busca por solucioná-los através do diálogo, do entendimento e do respeito à diferença, pois a cultura de paz possui valores que pretendem humanizar a humanidade, em que o ser é maior do que o ter”.

Por meio dessa cultura os moradores desses bairros conseguem conviver melhor, dialogando para resolver seus problemas, todos se beneficiam, pois a convivência solidária é estimulada, transformando e mudando a realidade dessas pessoas que estavam acostumadas as agressões verbais e também físicas.

Em muitos casos, a internalização dos sentimentos de indignidade pessoal tende a forçar o indivíduo a buscar a sua saída em detrimento do grupo, na medida em que ele compreende que o único modo de recuperar sua dignidade é saindo do local onde vive, visto que, mesmo com melhorias na qualidade de vida dos bairros pertencentes ao Território de Paz, o estigma permanece presente de modo permanente.

Para Bourdieu (2003, p. 166), o bairro estigmatizado:

degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente porquanto estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua excomunhão.

Consequentemente, a própria representação negativa do lugar colabora na formação de representações negativas entre os próprios moradores que partilham da mesma situação de estigmatização social.

1.5 QUALIDADE DE VIDA E SEUS INDICADORES

A qualidade de vida de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) é a percepção do indivíduo de sua posição no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações em geral. A qualidade de vida não pode ser medida somente como aumento da expectativa de vida ou com a diminuição da mortalidade do indivíduo, é necessário observar as condições de saúde em geral, a capacidade funcional e também o *status* social e econômico.

Para Knorst *et al* (2002) a qualidade de vida está relacionada com a sensação de bem-estar, ter autonomia, independência e satisfação. O comportamento e hábitos de vida variam de pessoa para pessoa, sendo estas questões pessoais.

De acordo com Nahas (2003) há múltiplos fatores que determinam à qualidade de vida de pessoas ou de comunidades, tais como: estado de saúde, longevidade, satisfação no trabalho, salário, lazer, relações familiares, disposição, prazer e espiritualidade. Pode ser medida pela própria dignidade humana, pois pressupõe o atendimento das necessidades humanas essenciais. Ou seja, depende também do contexto em que o indivíduo esta inserido, seu papel na sociedade, como convive em grupo, em comunidade e se este indivíduo percebe-se como parte dessa comunidade ou excluído dela.

A qualidade de vida de uma comunidade é um conceito difícil de definir com exatidão, até que ponto há satisfação, bem estar e qualidade. Convém relacioná-la a outros indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e também ao contexto da região pesquisada.

O PIB mede a produção econômica do país, não corresponde à qualidade de vida das famílias e a distribuição de renda de forma igualitária, principalmente nos países menos desenvolvidos. No Brasil, o problema é a má distribuição de renda, há alguns com muito e outros com muito pouco. É preciso que todos “cresçam” juntos para que o país também cresça e se desenvolva. O PIB não é capaz de medir essas diferenças de renda e o bem-estar das famílias, esse indicador econômico, não abrange todos os aspectos que necessitam ser analisados para que as Políticas Públicas realmente se concretizem com eficiência, eficácia e justiça social.

Já o IDH é a síntese de quatro indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior). (PNDU, 2006). Este índice deve ser analisado em sua totalidade para que se consiga visualizar com precisão a realidade das famílias e como as políticas públicas devem ser pensadas para garantir o acesso a direitos fundamentais que estão preconizados na nossa Constituição Federal.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um índice comparativo usado para classificar os municípios e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Social (COREDES) do Estado do Rio Grande do Sul pelo seu grau de "desenvolvimento Socioeconômico". Esses dados são apresentados anualmente pela publicação da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2000). Esse indicador surgiu no ano de 1991 com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a partir do ano 2000 é publicado anualmente. Tem por objetivo agrupar indicadores econômicos e sociais em quatro blocos distintos, formando assim um indicador único e dinâmico separando municípios e COREDES em três níveis, esses indicadores são definidos de acordo com a FEE (2000) em: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800).

A síntese dos indicadores sociais que analisam as condições de vida da população brasileira serve para que se conheçam as condições sócio-econômicas para que melhor se possa intervir com políticas públicas para a melhoria das condições de vida dos brasileiros.

O problema é que, muitas vezes, os indicadores econômicos não correspondem à realidade da maioria da população que vive em condições precárias, apenas sobrevivem, sem que suas necessidades básicas sejam supridas, que dirá então da qualidade de vida, do bem-estar, lazer e acesso a cultura. É importante vislumbrar o todo e não apenas as partes de

forma fragmentada e ineficiente, pois somente através do contexto que é possível chegar a índices mais precisos e também atualizados, que ajudam a verificar onde, como, quando, no que as políticas sociais devem agir, onde as demandas são mais urgentes e necessárias para se mudar a realidade social, ou seja, para melhor diagnosticar as demandas crescentes da sociedade.

A cidade de Esteio possui o 2º IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região metropolitana e 3º IDESE (Índice de desenvolvimento Socioeconômico) do Rio Grande do Sul. A expectativa de vida no município é de 74,71 anos segundo a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2000) e o coeficiente de mortalidade infantil é de 7,20 por mil nascidos vivos (FEE, 2007). A taxa de analfabetismo da cidade, segundo a FEE (2000) é de apenas 3,91%. Esses indicadores consideram informações de áreas fundamentais, saúde, educação, saneamento, mas acreditamos ser importante verificar a distribuição de renda, para mensurar a qualidade de vida de toda a população do município e também incluir na pesquisa dados referentes à cultura e lazer, pois qualidade de vida vai muito além de que as necessidades básicas sejam atendidas.

Nos bairros do Território de Paz a situação é diferente, pois existe nitidamente a divisão da cidade, a central, em melhores condições e a cidade periférica, excluída, até então esquecida, estigmatizada como violenta, imprópria e perigosa.

Concluindo, é fundamental diagnosticar com clareza e precisão as características e demandas da sociedade, através de índices mais próximos possíveis da realidade e das condições de vida de uma sociedade para que melhor se elabore, planeje e se implemente políticas sociais necessárias e abrangentes para sanar os problemas, ou ao menos apaziguá-los, melhorando a qualidade, a expectativa de vida e o bem estar social da população, diminuindo as desigualdades sociais existentes.

1.6 ATIVIDADES FÍSICAS RECREATIVAS BENEFÍCIOS NO COMPORTAMENTO

Através das oficinas recreativas oferecidas pelo Programa Integrado de Inclusão Social nas comunidades inseridas no Território de Paz, ocorre a integração de crianças e jovens que buscam através do esporte aumentar sua qualidade de vida e a ter lazer, o que antes não tinham oportunidade de vivenciar e usufruir.

As oficinas oferecidas pelo programa, por meio dos jogos, brincadeiras e pelo esporte, favorecem a integração, a socialização, a cooperação, o trabalho em equipe e também desenvolvem a independência e auto-estima dos alunos, através de situações em que sejam solicitados para a resolução de problemas com iniciativa e criatividade. É preciso que no ambiente escolar, as crianças e jovens, sejam estimulados, valorizados e desafiados, favorecendo a construção de valores e atitudes para que estes sejam realmente integrantes da sociedade e se sintam parte dela.

As atividades físicas recreativas de acordo com Ferreira (2003) estimulam os aspectos psicossociais porque permitem a cooperação entre os elementos do grupo, havendo assim a socialização, desse modo, através das brincadeiras crianças, jovens e adultos se relacionam com outras pessoas, interagem, conversam mais, se divertem, ampliando o círculo de amizades, recuperando a auto-estima criando gosto pela atividade física e pelo convívio social.

A atividade física além de “trabalhar” o corpo e ser saudável, de acordo com Moreira (2001) é um meio contra o isolante social e a rejeição, pois reúne os idosos em grupos que tem os mesmos objetivos, os influenciando há mudanças positivas de atitudes contribuindo para uma nova postura e identidade. O mesmo ocorrendo com o restante da comunidade, que se reúnem em grupos de acordo com a faixa etária, interesses comuns e afins.

Soler (2006) explica que, os jogos propostos para as crianças devem possuir características condizentes com o trabalho em grupo e para o desenvolvimento integral do ser humano. Através do jogo e da brincadeira, a criança satisfaz algumas de suas necessidades mais básicas, tanto no campo físico como no psíquico e social.

Ao brincar a criança descobre o mundo, aguçando à curiosidade, a iniciativa, a autoconfiança, a concentração e a prática de habilidades motoras, sendo assim, uma maneira de aprendizagem. Ao longo da atividade lúdica, a criança vive sua motricidade total, ao por em jogo todos os seus componentes: motores, afetivos e cognitivos. Estas informações provêm de uma infinidade de estímulos como: o seu próprio corpo, o meio ambiente e os objetos utilizados. Para Amaral (2004) esses jogos são fundamentais no processo educativo e na construção do ser humano, com base nos valores da solidariedade, da colaboração, da integração, visando sempre à realização e o bem estar de todos.

Segundo Krebs (2004) os programas educacionais devem incluir experiências que ajudem os alunos a desenvolverem comportamentos sociais e reações emocionais, a situações

do cotidiano, visto que a aceitação pessoal e o desenvolvimento de relações sociais são fundamentais para a independência de crianças e jovens.

Soler (2006) destaca que a criança pode, no jogo, viver situações que na vida real não poderia, portanto, por meio do jogo muitas coisas podem ser discutidas, analisadas, criticadas e vivenciadas, sem ocorrer riscos.

Vecchiatto (1989, p. 28) afirma que:

É quando a criança brinca, através de suas produções simbólicas ou fantásticas, através de suas posturas e comportamentos, que cuidadosamente se elaboram interpretações a fim de compreender sua realidade psicológica mais oculta e de procurar o estabelecimento de uma comunicação.

No jogo também aprende-se a colaborar, a repartir, a observar regulamentos e regras, a ceder o individual para que o grupo vença, assim o aluno aprende a vencer e a perder.

As alterações do comportamento, de acordo com Pick e Vayer (1976) tais como: instabilidade, irritabilidade, agressividade, apatia, oposição, emotividade, são difíceis de valorizar e catalogar. Cada problema tem um caso particular e não se pode analisar um problema pessoal sem conhecer o ambiente em que vive a criança, sua vida familiar e seus conflitos afetivos.

O descondicionamento de hábitos mal adquiridos, como agressões, xingamentos e teimosia, devem ser repreendidos, o comportamento desejável deve ser reforçado. O convívio com outras crianças e o brincar ajudam a criança a se desenvolver e criar bons hábitos, a respeitarem as regras, a colaborarem e a ter respeito pelos outros, proporcionando as crianças condições para melhor se adaptarem ao convívio social, diminuindo conflitos.

Cada criança ou jovem apresentam comportamentos, atitudes e valores diferentes e esses fatores vão depender do meio em que a criança esta inserida, com a carga genética, com os estímulos do meio, da influência da família, amigos e professores, com o grau de estimulação recebida, com as oportunidades oferecidas, pelos valores morais e pela educação que receberam e também da fase de desenvolvimento em que se encontram. O comportamento pode variar de acordo com as diferentes histórias de vida e situações, que tem uma grande importância no ajustamento emocional das crianças e jovens.

Nem sempre a criança tem possibilidade de se expressar com liberdade e espontaneidade em família ou na escola. Será então no jogo e nas brincadeiras que irá se manifestar ela mesma, sem inibições e sem censuras. Quanto maior for à liberdade de expressão, mais ela se desenvolverá psiquicamente sadia, pois muitas inibições e baixa auto-estima “curam-se” na ludicidade. A descoberta da integração no grupo social chama-se

socialização, sendo um processo que se desenvolve gradativamente. A criança percebe que existem outros ao seu redor, que o mundo não é só dela, que existem certas coisas que ela deve respeitar e outras que deve fazer.

Para Ferrazzo (2010) a privação do afeto e de cuidados na infância interferem no desenvolvimento das estruturas cerebrais, puramente humanas, que permitem transitar de forma segura no contexto social. Já a existência do afeto favorece a aceitação dos limites e das normas estabelecidas numa determinada sociedade. A criança e o adolescente necessitam de afeto que, quando bem canalizado, irradia-se para a comunidade a que estão inseridos. Aprendem a valorizar esse afeto e não abrem mão dessa afetividade que recebem e aprendem a dar. De modo contrário, quando não há afeto, no processo educacional e também no familiar, na direção do dar e receber surge o desvio de comportamentos sociais, logo, as transgressões levam a ideia errônea de que “nada mais há a perder”, por esse motivo, os jovens não se preocupam em conter os impulsos, transgredindo as regras, ultrapassando os limites sociais estabelecidos, desrespeitando seus educadores e também seus familiares.

A ausência de vínculos instabiliza o jovem. Segundo Ferrazzo (2010) eles se compõem em grupos, se transformam, se desestruturam e voltam a se reestruturar, fazendo parte do processo da construção da sua identidade. A intervenção educativa de qualidade contribui para desenvolver habilidades, capacidades e competências necessárias ao convívio em sociedade. As dificuldades e deficiências podem ser transformadas, minimizadas ou superadas, tendo o ambiente escolar e o convívio com outros alunos uma importância vital.

1.7 COMPETÊNCIAS FAMILIARES

Para a UNICEF (*United Nations Children's Fund*/Fundo das Nações Unidas para a Infância) as competências familiares são entendidas como:

o conjunto de conhecimentos, práticas e habilidades necessárias para promover a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças. Envolvem, desde a preparação adequada antes do nascimento, até a estimulação psicossocial da criança, o seu desenvolvimento cognitivo e a capacidade de identificar sinais de doença e tomar providências quanto à promoção de paz e prevenção da violência. (Guia do Visitador - PIM, 2009, p. 7)

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - a infância e a adolescência se constituem em:

Art.3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes da pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art.4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos, referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art.5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Os artigos do ECA acima citados, asseguram a crianças e adolescentes direitos e proteções especiais, sendo que eles são o público prioritário de programas e projetos sociais, justamente por serem mais vulneráveis, essa proteção diferenciada é assegurada pelo referido estatuto, ou seja, é uma exigência da legislação, apesar disso muitas vezes não é o que acontece no cotidiano de muitas crianças e jovens. Estas considerações e leis especificam como devem ser tratadas as crianças e os adolescentes, tanto pela família como pela sociedade e pelo poder público, encarregados de proporcionar condições dignas de vida, o que infelizmente muitas vezes não observamos no dia a dia, porque a violência e o abandono se fazem presentes, indo totalmente contra ao que prescreve o artigo 5º, é um grande paradoxo entre a realidade e a legislação vigente, pois a violência ocorre principalmente nos bairros periféricos e excluídos das cidades brasileiras, onde muitas vezes não há políticas públicas específicas para esses grupos ou se existem ainda não são efetivas. Os jovens estão sujeitos a todo tipo de violência, como a doméstica, a sexual, a violência das ruas, também a constrangimentos e coações diversos, contra sua integridade física e moral, inclusive correndo risco de vida.

Segundo Quadros (2002, p. 91) a configuração contemporânea de família era pai, mãe e filhos, frutos de uma união legítima entre os cônjuges. Esta família tinha como figura central o pai, responsável pelo sustento dos seus membros e a mulher, “rainha do lar” responsabilizava-se pela organização da casa e educação dos filhos.

Mas ocorreram mudanças na estrutura familiar, novas configurações foram sendo formadas e aceitas pela sociedade e referendadas pelas leis. As mudanças na família ocorrem quase sempre quando grandes avanços tecnológicos e econômicos se fazem presentes. A Revolução Industrial com o advento do motor à vapor foi um destes fatores, pois trouxe profundas mudanças no modo de vida das famílias que deixaram de ser predominantemente

rurais para se tornarem urbanas, quando se deslocaram do campo para a cidade e foram trabalhar nas fábricas, agora movidas à vapor e com uma imensa falta de mão de obra. Nesta época toda a família estava envolvida no trabalho fabril, homens, mulheres e crianças trabalhavam até 18 horas por dia nas indústrias. Com a revolução tecnológica mais modificações foram incorporadas ao cotidiano da família, pois com o surgimento da eletricidade e da eletrônica, as comunicações e informações ficaram mais acessíveis, oportunizando mudanças radicais no pensamento e comportamento das pessoas.

A emancipação da mulher, muito se deveu ao avanço da medicina com relação aos métodos anticoncepcionais que possibilitaram que ela tivesse uma vida sexual ativa, sem risco de engravidar. Esta emancipação trouxe mudanças profundas na família, assim as mulheres foram se inserindo em espaços antes reservados somente para os homens. A configuração familiar muda radicalmente, deixando o modelo pai-provedor, mãe cuidadora bastante distante da realidade vivida pela maioria das famílias.

Para Glanz, 2005, p.3:

... as transformações dos papéis econômicos e sociais das mulheres, maior longevidade e maior controle sobre o processo da reprodução são alguns fatores que influenciaram na instituição da família...

Estas modificações nas relações sociais na família fizeram com que o casamento perdesse a sua função de legitimar os filhos, facilitando com isto o divórcio e a coabitação sem o casamento como um estilo alternativo de vida (GLANZ, 2005, p.4). A Constituição de 1988 igualou os direitos de marido e mulher, o pátrio poder passou a ser poder parental, situação em que ambos os pais são responsáveis pela guarda e sustento dos filhos. Várias outras modificações foram introduzidas pela Constituição conhecida como “Constituição Cidadã” entre elas assuntos relacionados à proteção da criança, do adolescente e do idoso, e o planejamento familiar que é de livre decisão do casal.

Os princípios promulgados em 1988 pela Constituição deram origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que apesar de duramente criticado por parte da sociedade, tem sido utilizado para resolver conflitos legais, mas não conseguiu proteger as crianças e os adolescentes das inúmeras formas de violência e da mendicância, conseqüência da miséria e das dificuldades econômicas pelas quais passam as famílias brasileiras, situação esta que somente será eliminada com forte comprometimento de governantes e sociedade, e também, investimento financeiro em políticas sociais.

Toda família, independente de laços consangüíneos, necessita de laços afetivos servindo então como uma influência positiva ou negativa para os sujeitos nela inseridos. Considerando a família como referência principal do desenvolvimento social do indivíduo, percebe-se que o processo de construção social começa na infância, época da vida que exige uma atenção e ambiente favoráveis que visem subsidiar um crescimento e amadurecimento social saudável, protegido das agressões físicas, emocionais e psicológicas garantindo um processo de socialização emancipatório. Os adultos nesta etapa de desenvolvimento são os principais modelos da criança e do adolescente, para garantir, efetivar e potencializar um desenvolvimento social saudável dentro da família.

Glanz (2005, p. 30) conceitua família contemporânea como um “conjunto formado por um ou mais indivíduos, ligados por laços biológicos ou sócio psicológicos”, em geral morando sob o mesmo teto e mantendo ou não a mesma residência. O autor nos mostra as novas estruturas que as compõe, que podem ser formadas por duas pessoas, casadas ou em união livre, de sexo diversos ou não, com ou sem filhos: um dos pais com um ou mais filhos (família mono parental); uma só pessoa morando, solteira, viúva, separada ou divorciada ou mesmo casada e com residência diversa daquela de seu cônjuge (família unipessoal).

A família tem o papel mais importante na estruturação do indivíduo, é ela o primeiro grupo ao qual o ser humano pertence. Portanto, dela dependem as experiências positivas ou negativas que o sujeito levará para toda a vida. (Guia do Visitador - PIM, 2009, p. 11).

Hoje, os técnicos trabalham com a idéia da diversidade da família, mas o termo “famílias desestruturadas” ainda é largamente utilizado para definir aquelas famílias que fogem ao padrão da escola estrutural funcionalista (Guia do Visitador - PIM, 2009, p. 11). O trabalho com as famílias tem se concentrado apenas nos aspectos referentes à sua estrutura e composição. O mesmo não parece acontecer quando se trata das funções familiares, pois apesar das mudanças na estrutura, a expectativa social relacionada às suas tarefas e obrigações continuam preservadas (MIOTO, 2004, p. 53).

Percebem-se no texto de Miotto que a família ao longo dos anos sofreu diversas modificações em sua estrutura, mas as suas funções não foram reavaliadas. Miotto (2004) continua analisando que se espera um mesmo padrão de funcionalidade das famílias, independente do lugar em que estão localizadas na linha da estratificação social, padrão este baseado em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e materno.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009) ao observar as condições de vida das famílias brasileiras, teve por objetivo analisar as relações de parentesco, número de filhos, adoção, casamentos e tipos de família. Essa análise de informações possibilitou verificar quais medidas deveriam ser tomadas pelos governantes e quais as principais políticas públicas deveriam ser realizadas, de acordo com as mudanças de perfil das famílias brasileiras.

Após analisar os dados da PNAD, o Governo percebeu que as mulheres são a maioria entre os chefes de família, centralizando então as políticas públicas na figura feminina, pois elas são responsáveis pelo sustento da família. As políticas de transferência de renda (bolsa-família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI) e a política habitacional, têm priorizado a mulher como responsável pela manutenção de manter agregada a família, pois ela pensa no conjunto, no bem-estar, principalmente dos filhos. Assim sendo, é a grande administradora, economista e educadora dos lares brasileiros.

A matricialidade das políticas públicas está presente em todas as ações governamentais. Portanto, as novas realidades na estrutura e na organização das famílias se impõem de maneira significativa, transformando o perfil das famílias brasileiras. Num contexto de um Brasil mais atuante e preocupado com as questões sociais, com expansão das políticas públicas e maior inclusão social, espera-se que haja melhoria das condições de vida da população.

1.8 PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL (PIIS)

O texto de apresentação do Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) da Prefeitura Municipal de Esteio em parceria com a Refinaria Alberto Pasqualine – REFAP expõe que:

Fortalecendo o pertencimento da população infanto-juvenil e adulta, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em suas comunidades, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, por meio do desenvolvimento de oficinas educativas, priorizando o protagonismo de crianças e adolescentes como agentes multiplicadores de transformação social. (RIO GRANDE DO SUL, Prefeitura Municipal de Esteio, 2010).

O Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) tem sua área de atuação em oficinas socioeducativas com foco no público de crianças e adolescentes, tendo como área de abrangência o município de Esteio, nos bairros onde a violência se faz presente com mais

intensidade. O funcionamento do PIIS ocorre de segundas a sextas feiras, no horário das 08:00 às 17:00 horas. Sua estrutura administrativa conta com uma coordenadora geral, duas funcionárias na equipe administrativa e duas assistentes sociais na equipe técnica.

Este Programa recebe recursos da Prefeitura Municipal de Esteio através da Secretaria Municipal de Educação e Esporte e da PETROBRAS através do repasse ao Fundo da Infância – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDICA); Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP.

O Programa Integrado de Inclusão Social é um dos programas executados no território, é uma importante e essencial política pública de combate e diminuição da violência, sendo uma questão de responsabilidade do poder público. Todas as ações afirmativas (programas e projetos sociais) formuladas pela gestão municipal do município de Esteio são dirigidas aos bairros do denominado Território de Paz. É uma iniciativa para modificar o quadro que demonstra o crescimento do número de jovens envolvidos direta ou indiretamente em casos de violência, expostos às mais variadas situações de risco.

Para combater esses problemas de violência e criminalidade na região do Território de Paz na cidade de Esteio, foram pensadas soluções por meio de projetos de inclusão social voltados principalmente para a juventude, parte mais vulnerável da comunidade, mais frágil e influenciável por essa situação. Para tanto, foi elaborado e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Esteio com o apoio da empresa PETROBRAS que apóia o programa.

O Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) chega a sua oitava edição no município, sendo que no Território de Paz o programa foi implementado no ano de 2011. De acordo com a Coordenadora do Programa, Sr^a Cléa Coitinho Escosteguy, o PIIS atendeu somente o ano passado, cerca de 980 pessoas, a meta para 2011 é superar esse número. Segundo Escosteguy (2011), “também é desenvolvido um trabalho de cidadania com os participantes para que eles se envolvam e lutem por seus direitos”.

O funcionamento do programa refere-se ao diagnóstico integrado. O cadastramento das famílias é o mesmo para todas as frentes do PIIS (urbanização, renda mínima, saúde, etc.), o que favorece o acompanhamento das ações e aumenta seu impacto potencial.

O PIIS trás a oportunidade de crianças e adolescentes, de seis a dezoito anos, desenvolverem seus talentos por meio da música, do esporte, da dança e do teatro. No Centro de Convivência do Território de Paz, onde acontecem às oficinas recreativas, desde 08 de fevereiro de 2011, são ofertadas as seguintes oficinas: futsal, boxe, esportes, capoeira, *skate*,

teatro, *jiu jitsu*, violão e *hip-hop*, num total de doze oficinas, com 25 alunos em cada uma delas. O número de alunos atendidos pelo programa no Território de Paz é de cento e noventa e quatro (194) e o número estimado de famílias atendidas é de cento e dez (110) devido a participação de irmãos no programa. Além de ser obrigatório estar frequentando a escola em turno inverso ao da oficina, para fazer parte do programa, o jovem pode ter no máximo até três faltas não justificadas no mês para não perder sua vaga, pois existe uma fila de espera para fazer parte das oficinas.

O centro é um importante espaço de integração sócio-cultural para o público infante juvenil, consolidando alternativas de socialização e aprendizagem no horário complementar à escola.

A ação é uma medida para ajudar a diminuir a violência a partir do esporte e proporcionar melhorias nas estruturas de lazer, saúde e segurança da região. Essa política pública visa responder a demandas da sociedade, principalmente dos setores marginalizados e excluídos da comunidade, considerados como vulneráveis, possibilitando assim oportunidades e melhora na qualidade de vida dos moradores, transformando a realidade violenta desses bairros, ampliando os direitos a cidadania.

As atividades oferecidas ao público infante-juvenil nas oficinas recreativas e esportivas do programa influenciam e proporcionam bem estar e qualidade de vida aos alunos, desenvolvendo além dos aspectos físicos a parte psicológica, afetiva, favorecendo a cooperação, o trabalho em equipe, a solidariedade e o coleguismo entre os alunos, justificando assim, a importância dessas atividades para as crianças e jovens atendidas pelo programa.

Os temas transversais oportunizados aos alunos são fundamentais para ampliar a visão de mundo das crianças e jovens, favorecendo sua aprendizagem, autonomia, a capacidade de convivência, promovendo mais dignidade e justiça social, igualdade de direitos e oportunidades, mudando comportamentos, favorecendo o diálogo, o respeito mútuo, a solidariedade, a cooperação e a tolerância. Os temas transversais são temáticas contemporâneas que envolvem questões de etnia, gênero, sexualidade, drogas, violência, ética, solidariedade, justiça, entre outros valores. Portanto, essa abordagem favorece o pensar, o sentir e o fazer sobre temas, extraídos do cotidiano dos alunos.

1.9 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E ATUAL

O Programa Integrado de Inclusão Social inicia suas atividades em 2004, na região do Loteamento Neusa Brizola – Hípica, logo após sua ocupação de forma irregular e sem as condições básicas de saneamento, não havia rede de eletricidade, água e esgoto, não sendo um local próprio para moradias. Este loteamento pertence há uma das cinco vilas que atualmente fazem parte do Território de Paz.

Desta ocupação irregular na vila Hípica, originaram-se vários problemas a serem enfrentados no cotidiano. Não estando assim, dentro do princípio de Cidade Solidária e Segura, estabelecido no Plano de Governo da Administração Municipal 2005/2008, que previa como pressuposto básico a inclusão, a proteção e a seguridade social. Desta forma, o conceito de inclusão, em sua multidimensionalidade, deveria gerar ações no sentido de propiciar políticas inclusoras.

Dentro desta perspectiva, criou-se um grupo de trabalho coordenado pelo Gabinete do Vice-Prefeito, com participação das Secretarias de Habitação, Meio Ambiente, Educação e Esporte, Arte e Cultura, Desenvolvimento Econômico e Social, Assistência Social e Saúde. Grupo este que pensou e planejou o Programa Integrado de Inclusão Social. Suas atividades iniciaram em junho de 2004, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Sirlei Vargas Ferraz – Centro de Atendimento Integral de Cidadania (CAIC) por localizar-se na vila Hípica. O programa iniciou com quatro oficinas, atualmente conta com cinquenta e uma oficinas, distribuídas em todas as unidades territoriais do município de Esteio, sendo que no Território de Paz há doze oficinas.

O objetivo geral era promover o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades das áreas municipais e de forma prioritária as que se encontram em estado de vulnerabilidade social, tendo como estratégia a potencialização da organização popular para buscar a qualificação das políticas públicas.

Uma das metas foi desenvolver atividades esportivas, culturais e sócio-educativas para crianças e adolescentes nas regiões de maior vulnerabilidade social do município com intuito de reduzir os índices de violência nas regiões e gerar condições de acesso a outras linguagens.

Esse trabalho iniciou atendendo cerca de 400 (quatrocentas) crianças e adolescentes em 7 (sete) modalidades de oficinas, (Capoeira, Dança, Filosofia, *Taekwondo*, Teatro, Poliesportiva – futsal e voleibol, Lixo e Fuxico), em mais de um horário, sendo que cada turma tinha aula uma vez por semana, com duração média de 2 horas.

Em 2007 com a necessidade de atender outros bairros também em situação de desorganização socioeconômica e mais a intenção de atender a família dos adolescentes e crianças assistidos, os coordenadores da Prefeitura apresentaram, para a REFAP, o Projeto Conexão Primavera que objetivou o fortalecimento e o pertencimento desta população de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida. O objetivo do projeto é o fortalecimento da população infanto-juvenil e adulta em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em suas comunidades, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, por meio de oficinas sócio-educativas, priorizando o protagonismo de crianças, adolescentes e mulheres como agentes multiplicadores de transformação social.

Justifica-se a execução deste Projeto devido aos índices alarmantes de pobreza e exclusão, gerados pela desigualdade social nos bairros São Sebastião, Vila Navegantes, Vila Nova, os entornos dos Bairros Olímpica, com as Vilas São José, Esperança e o Parque Primavera, são regiões que contribuíram através de inúmeras ocupações irregulares. Estas irregularidades acabam refletindo nas condições de vida das crianças e dos adolescentes, ocasionando que muitas delas tenham que se submeter a trabalho infantil como forma de contribuição no sustento familiar. O Programa visa também à transformação cultural das famílias, à busca de direitos violados, como trabalho infantil, exploração sexual, dependência química, evasão escolar, maus tratos etc.

O Projeto Conexão II veio para dar continuidade às atividades já desenvolvidas no Projeto Conexão Primavera, porém o público-alvo passa a ser crianças e adolescente entre 06 a 18 anos, que vivenciam processos de múltiplas exclusões. Podem-se elencar inúmeras expressões da questão social vivenciadas por esta população: trabalho infantil, mendicância, dependência química, exploração sexual, evasão escolar e violência doméstica. O Projeto Conexão II, operando desde o ano de 2008, vem trabalhando na perspectiva de emancipar essas famílias.

Para 2012, espera-se continuar a desenvolver ações emancipatórias que deem condições a população atendida, e cada vez mais, buscar ações favoráveis de fortalecimento para romper essas fragilidades, busca de direitos da população infanto-juvenil, no sentido de fortalecer para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

A metodologia adotada parte da participação dos educandos nos diferentes processos, planejamento, desenvolvimento, monitoramento e avaliação a partir da leitura destas comunidades, conhecendo sua cultura, seus valores, suas histórias e seus referenciais.

As oficinas têm carga horária semanal, em cada núcleo, fica em torno de três horas semanais, distribuídas em dois dias, uma hora e meia cada. As ações serão priorizadas nestas comunidades em função das vulnerabilidades existentes, oferecendo atividades conjuntas e simultâneas, voltadas a inclusão social, as quais são gerenciadas de forma descentralizada e participativa dentro deste novo contexto de responsabilidade social.

As ações e oficinas ofertadas são: violão, violino, viola, violoncelo, contrabaixo, dança de rua, teatro de rua, técnicas circenses, cine-debate, capoeira, arte do conto, jogos pedagógicos, brincar, futebol de rua, futsal, futebol de areia, voleibol, handebol, basquete, *jiu jitsu* e *skate*.

As oficinas são criadas segundo a leitura da realidade das comunidades, conhecendo suas culturas, seus valores, suas histórias e seus referenciais. Compreendem as atividades específicas e ações como espaços grupais e individuais, passeios, participação em eventos, os quais buscam conceber o educando em sua integralidade.

As oficinas desenvolvidas nos circuitos itinerantes de arte, cultura e esporte para as crianças e adolescentes irão socializar e integrar um trabalho coletivo da livre expressão da imaginação, no processo de aprendizado, visando à cooperação social emocional e a sensibilidade, além de estimular a criatividade.

Diante do exposto percebemos que a Prefeitura de Esteio tem clareza de seus objetivos, que são as ações de inclusão social nos bairros mais vulnerabilizados, com grandes índices de criminalidade, preconceito e exclusão, proporcionando melhora na qualidade de vida dos moradores destas comunidades.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA

O estudo é uma pesquisa descritiva, que tem como finalidade observar os efeitos do Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) nos índices de violência e na qualidade de vida dos moradores dos bairros pertencentes ao Território de Paz.

Os dados coletados nas entrevistas realizadas com os pais dos alunos atendidos pelo programa são qualitativos, pois as mesmas relatam o cotidiano da vida dos moradores na sua comunidade, descrevendo o que eles pensam do programa e o que eles observam de mudanças no comportamento de seus filhos.

Da mesma forma, foram feitas as entrevistas com as coordenadoras do PIIS e do Centro de Convivência do Território de Paz, comentando questões sobre o programa, se as mesmas percebem benefícios junto às comunidades atendidas e se observam mudanças no comportamento das crianças e adolescentes, enfim, como esta a realidade atual dos moradores.

Já os dados sobre a violência nos bairros do Território de Paz disponíveis no Relatório sobre a Violência (2011) são quantitativos, pois são representados em percentuais na forma de gráficos que indicam os índices de violência na região, para que esses dados sejam comparados ano a ano, possibilitando observar se houve aumento, manutenção ou redução nesses indicadores.

2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo caracterizou-se por crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, com idades entre 6 e 18 anos, que participam das oficinas esportivas e recreativas do Programa Integrado de Inclusão Social realizadas no Centro de Convivência do Território de Paz no município de Esteio. Esses vinte adolescentes foram selecionados aleatoriamente e também por acessibilidade para a realização do estudo.

2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para verificar se houve mudanças no comportamento dos alunos foram feitas entrevistas junto aos pais dos alunos que usufruem das oficinas do programa, na forma de questionário semi estruturado. Foi feita uma análise completa desses questionários para que se chegasse a resultados, pois esse levantamento de dados ainda não existia.

Foram também analisados dados sobre a violência nos bairros do Território de Paz através do Relatório sobre a Violência (2011) elaborado pelo Observatório da Segurança Pública (Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito - SMASPT) do município de Esteio.

2.4 OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

As variáveis controladas foram:

- idade: somente crianças e adolescentes, com idades entre 6 e 18 anos, por serem o público-alvo do PIIS;
- sexo: ambos os sexos;
- alunos: somente participantes das oficinas do Programa Integrado de Inclusão Social no Território de Paz;
- moradores do Território de Paz.

2.5 PLANO DE COLETA DE DADOS E APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Foram realizados contatos com a Coordenadora do Programa Integrado de Inclusão Social Sr^a Cléa Coitinho Escosteguy e, posteriormente, realizada entrevista através de questionário semi estruturado, na qual foram discutidas questões referentes ao histórico, base legal e institucional, bem como os resultados observados na comunidade depois da implementação do mesmo.

Foi também entrevistada a Coordenadora do Centro de Convivência do Território de Paz, Sr^a Nilmara Regina Mathias Dias, para obtenção de dados referentes às oficinas do Programa, grade de horários, vagas e observações sobre o comportamento dos alunos desde o início das atividades no centro. Na oportunidade foram tiradas fotos dos alunos em atividades esportivas e recreativas e das instalações do Centro de Convivência do Território de Paz.

Foi realizado um levantamento e avaliação dos resultados das entrevistas realizadas pela acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, senhora Isabel Pelegrini, junto aos pais dos alunos do Programa. Ela realizou entrevistas com os familiares dos jovens inseridos no programa a fim de avaliar mudanças no comportamento dos filhos, se consideram o programa importante, o que mudou com a implantação do programa nos bairros. A acadêmica disponibilizou o resultado das entrevistas, num número total de 20 entrevistas para que se faça uma análise, para verificar o que mudou, melhorou ou o que se manteve, referente aos alunos do programa. São 194 alunos atendidos pelo Programa, tendo-se por média 110 famílias envolvidas, pois há irmãos que participam do programa. Foram usados os dados das entrevistas da Sra. Isabel Pelegrini, pois foi solicitado pela Assistente Social do Programa Integrado de Inclusão que não houvesse reentrada na intimidade das famílias para maiores informações.

O contato com o Observatório da Segurança Pública (Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito - SMASPT) ocorreu com o intuito de coletar dados sobre a violência, foi feito por telefone e por correio eletrônico, no qual se obteve o Relatório sobre a Violência (2011) que compara os índices de violência e da criminalidade entre os anos de 2008 e 2011 no município de Esteio. Nele está detalhada, em números e em percentuais, a quantidade de homicídios, assaltos, roubos de carro, índices de entorpecentes de posse e tráfico de drogas no Território de Paz. Os gráficos e tabelas disponíveis no Relatório foram analisados e seus dados comentados.

Foi feita uma análise dos dados coletados através das entrevistas e dos dados do Relatório de Violência (2011) para verificar se o Programa está alcançando seu objetivo, que é combater a violência nos bairros do Território de Paz, e também se houve mudança positiva na qualidade de vida e no bem estar dos moradores. O programa foi implementado como um conjunto de ações, desde a educação (parte pedagógica, oficinas) bem como nas ações de segurança, para intervir e mudar a realidade violenta que atinge os moradores desses bairros.

2.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados resultantes das entrevistas junto aos pais dos alunos foram analisados e comparados, para verificar a situação dos alunos.

Houve, ainda, a realização de coleta de dados no Observatório da Segurança Pública (Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito - SMASPT) para posterior análise de gráficos e percentuais sobre os níveis de violência, descritos no Relatório de Violência (2011) comparando-os para verificar se a mesma aumentou, diminuiu ou se manteve após a implementação do Programa Integrado de Inclusão Social.

2.7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As limitações deste estudo podem ser o nível de instrução dos pais entrevistados que pode interferir nos resultados, pois os mesmos não possuem uma abrangência e compreensão das questões formuladas na pesquisa. A utilização de questionários apresenta a limitação da subjetividade, da honestidade, da veracidade das respostas, da recordação precisa de fatos e situações que podem ter sido esquecidas ou supervalorizadas.

Houve dificuldade de realizar entrevistas com os pais dos alunos do programa, porque muitos se negaram a fazê-la. Houve, também, dificuldade de localizar as residências dos alunos, as ruas não são regularizadas pela prefeitura, havendo confusão entre a numeração das casas, além disso, é uma exigência ser morador do território para fazer parte do Programa.

3 ANÁLISE DE DADOS

No capítulo que segue foram tratados os dados obtidos através das entrevistas dos diversos atores sociais que participam do Programa Integrado de Inclusão Social. Também foram utilizados e analisados os dados do Relatório sobre a Violência do ano de 2011, pesquisados pelo Observatório da Segurança Pública (Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito - SMASPT) do município de Esteio.

3.1 ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PIIS

Não há uma legislação específica para a criação do PIIS, de acordo com a coordenadora Sr^a Cléa Coitinho Escosteguy, porque este Programa é uma iniciativa do município de Esteio. Relata, também, não existir normas e/ou regulamentos internos - a sua base legal está presente no Plano Plurianual do Município.

A coordenadora do PIIS recebe uma relação de materiais dos educadores, faz uma lista de compras que serão utilizadas nas oficinas, os materiais são então comprados por cheque, para posterior prestação de contas.

A Instituição Centro de Formação Tereza Verzeri, escola particular do município de Esteio, que, além do ensino, tem área de atuação em projetos sócio-educativos, é a entidade executora do PIIS, administra a parte financeira, não precisando que a prefeitura se envolva na compra dos materiais para as oficinas, o que seria moroso por causa do processo de licitações que o órgão seria obrigado a realizar.

De acordo com a coordenadora, os objetivos do programa estão vinculados às demandas dessas comunidades: diminuir a violência, propiciar a inclusão e a socialização, principalmente entre crianças e adolescentes.

O que se espera como retorno é a mudança de vida, de hábitos, de pensamentos, ou seja, ampliar a visão das pessoas, lhes proporcionado experiências ricas e de diferentes visões de mundo, estimulando a aprendizagem e o conhecimento de seus direitos como cidadãos conscientes e atuantes na sociedade. Resolvendo seus conflitos de maneira pacífica. Para exemplificar, o lema da oficina de boxe é: *“quem luta, não briga”*.

A longo prazo, o PIIS tem por objetivos dar continuidade ao mesmo até 2012, tempo que o programa foi projetado, organizado, tendo verba até este ano. Depois desse período, não

se sabe se a administração seguinte continuará com o programa, embora exista uma expectativa de continuidade.

Espera-se com as oficinas que alguns alunos venham a se destacar e até se profissionalizar. Segundo Escosteguy (2011), isso já acontece com dois alunos da oficina de boxe, os quais estão treinando profissionalmente em academias. Na oficina de música clássica, uma aluna que toca violino, já se destaca na orquestra, e pretende seguir a carreira de musicista quando ingressar na faculdade. São grandes oportunidades, pois os alunos que se sobressaem nas oficinas podem ter uma grande chance de crescimento pessoal e profissional, mudando radicalmente seu futuro.

Quando indagada sobre quais são as demandas que se observaram na cidade e posteriormente no Território de Paz para implantação do PIIS, a coordenadora respondeu que a violência e a exclusão social são as principais demandas, pois as vilas pertencentes ao território são estigmatizadas de muito violentas e perigosas. As carências, tais como a falta de moradia digna, a falta de espaços culturais e de lazer adequados, são fatores preponderantes que geram a violência.

Escosteguy (2011) relata que os professores são todos cooperativados. Essa forma de trabalho foi opção da prefeitura municipal, para não criar vínculo empregatício o que geraria encargos e direitos. Os educadores são cooperativados, por um período de dez meses, sendo a cooperativa responsável pelo pagamento dos salários dos educadores (professores). Após esse período ficam “desligados” do Programa, podendo ser recontratados no ano seguinte, conforme demanda. O valor pago por hora/aula é de R\$ 18,00, sem direito a férias, mas com o desconto do INSS. Os educadores não têm formação acadêmica completa e não recebem nenhum tipo de capacitação, usando somente sua experiência pessoal para ministrarem as oficinas.

As oficinas são escolhidas pela própria comunidade, na forma de pesquisas e fila de espera. As mais solicitadas são, então, pensadas e elaboradas pela coordenação, sob a perspectiva de viabilidade e de retorno à comunidade. A finalidade de cada uma é a integração, convívio com o grupo, oportunidades de profissionalização. Por exemplo, naquela de *jiu jitsu*, além dos benefícios do esporte, trabalha-se a parte emocional, controlando a agressividade e deixando os alunos mais disciplinados, “as brigas diminuem, a luta é só no *tatame*”.

O público prioritário do Programa para as oficinas são crianças de seis a doze anos e adolescentes até os dezoito anos, justamente por serem os mais vulneráveis socialmente. As políticas sociais de combate à violência são dirigidas para esse público, sendo também uma exigência da legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que lhes asseguram direitos e proteções diferenciadas.

Percebe-se ainda que a vida cotidiana das crianças e dos adolescentes é marcada pela carência de estruturas básicas de sobrevivência, tais como saúde, educação, infraestrutura urbana, saneamento básico, entre outras. São essas carências, que muitas vezes, fazem com que as crianças e adolescentes abandonem seus estudos, saiam de casa, se envolvam com drogas e sejam vítimas do tráfico, para desenvolver nas ruas atividades que lhes permitam sobreviver.

Pensa-se futuramente em incluir oficinas profissionalizantes e para os adultos, mas para isso dependem de parceiros e de recursos financeiros, de pessoal e de profissionais para ministrarem as oficinas.

O auxílio da empresa PETROBRAS, Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP, parceira da Prefeitura Municipal de Esteio no Programa, é feito na forma de depósito em conta bancária para compra de materiais e pagamento dos professores. A exigência de retorno da empresa é a prestação de contas, a visibilidade da marca, convites para as atividades festivas das oficinas, “tudo passa pelo crivo deles”. A prefeitura envia projetos e programas para a empresa, “normalmente se recebe em parte o que foi solicitado” e também há verba recebida da Secretaria Municipal de Educação. Esta verba é considerada recurso livre da prefeitura, não estando ligado ao Fundo de Educação Básica – FUNDEB.

Como relata Escosteguy (2011), as mudanças observadas na comunidade e entre os alunos são visíveis. Entre os alunos houve melhora no comportamento (com os colegas e educadores), diminuiu a evasão escolar (é obrigatório estar freqüentando a escola para participar das oficinas) a aprendizagem ocorre mais facilmente. Quando há algum problema com algum aluno, este é encaminhado para conversa com umas das assistentes sociais que fazem parte da equipe técnica do programa, observam se a dificuldade é em casa e então encaminham o aluno e /ou a família para atendimento com psicólogas, dependendo da necessidade.

3.2 ENTREVISTAS JUNTO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL

A descrição e análise das informações obtidas nesse estudo foram realizadas tomando como referência às respostas das entrevistas realizadas com os pais e/ou responsáveis das crianças e adolescentes de 06 a 18 anos, que são alunos das oficinas esportivas e recreativas realizadas no Centro de Convivência do Território de Paz através do Programa Integrado de Inclusão Social.

Foram analisadas vinte (20) entrevistas, num universo de 110 famílias aproximadamente, através dessas percebe-se que:

Por meio dos relatos feitos nas entrevistas constata-se que a maioria dos pais dos alunos não participa ativamente das atividades escolares dos filhos. Observa-se pela “fala” dos pais, sua baixa escolaridade, o que talvez contribua para essa falta de acompanhamento. Todos acham o Programa “bom”, importante para seus filhos e para toda a comunidade. Notam mudanças positivas no comportamento dos filhos - há um aumento da comunicação entre eles, pois os alunos comentam sobre o que está sendo aplicado nas oficinas em casa - melhorando o relacionamento familiar.

A evasão escolar diminuiu, por que é exigido que o aluno esteja estudando no turno inverso das oficinas para fazer parte do Programa Integrado. Mas apesar disso, a maioria dos entrevistados relata que não houve mudanças significativas na aprendizagem e nas notas escolares, inclusive muitos pais pedem aulas de reforço escolar, além das oficinas recreativas.

Os pais não costumam frequentar o centro de convivência, não conhecem os professores dos filhos ou o que está sendo aplicado de conteúdo para os alunos, apenas sabem o que ocorre pelo comentário sucinto dos filhos. Tendo também poucas informações sobre o Programa Integrado, apesar de reconhecerem sua importância.

A família soube das oficinas realizadas no centro de convivência pelo “boca a boca” ou pelos próprios filhos. Na maior parte dos casos a criança ou jovem buscou informações junto à secretaria do centro, para depois seu responsável realizar a matrícula na oficina de escolha do filho (ou filhos).

Quando questionado sobre a importância do programa dentro da comunidade, todos concordam que o mesmo contribuiu para mudanças positivas no dia a dia das crianças e jovens atendidos pelo programa: aumentou as atividades dos filhos, diminuindo o tempo

ocioso que eles permaneciam nas ruas. A comunidade percebe e valoriza essas mudanças. Percebe-se na fala das mães que as oficinas são importantes, pois trouxeram uma “sensação” de segurança, pois relatam saber onde os filhos estão e consideram que estão sendo bem cuidados, mesmo não sabendo em detalhes o que está sendo ministrado nas aulas.

Aquelas que frequentaram alguma oficina ou reunião proposta pelo programa relataram que foi importante conhecer o programa, mas reclamaram, nestas mesmas reuniões, que o Conselho Tutelar não ajuda como deveria, pois “persegue quem cuida dos filhos” e deixa os menores na rua, tarde da noite se drogando e se prostituindo.

A maioria dos entrevistados estava pouco a vontade durante as entrevistas, mostrando comportamento arredio ou desconfiado e não quiseram fazer outros comentários, além das perguntas do questionário apresentado.

Nas entrevistas realizadas, na maioria com as mães das crianças e adolescentes, percebe-se que as famílias estão entre as novas configurações familiares, ou seja, têm como referência principal essa mulher que é trabalhadora. Essas têm, invariavelmente, dupla jornada de trabalho: são trabalhadoras assalariadas e, ao chegar em casa, desempenham também o trabalho doméstico. Tem vários filhos (em média quatro), e agregam, ao seu redor, os filhos maiores e netos. São obrigadas a fazer uma escolha muito difícil, ou cuidam da educação integral dos filhos e não possuem condições de suprir suas necessidades básicas, ou buscam o sustento com o trabalho assalariado. Por isso, não conseguem acompanhar a educação como seria o desejável, o que transparece nas notas escolares dos alunos. Algumas demonstram preocupação com possíveis casos de gravidez indesejada das filhas procurando orientá-las a esse respeito.

Algumas adolescentes que frequentam as oficinas já são mães e costumam levar os bebês nas oficinas (principalmente na de boxe). Questionadas sobre esta atitude relatam não querer perder as aulas que consideram agradáveis e querem conservar o círculo de amigos conquistados durante as aulas.

Conversando com as mães das adolescentes (são quatro no total) percebemos a repetição da vida dessas mulheres nas filhas, que são mães adolescentes, sem marido, dependendo financeiramente das genitoras, que também são chefes de família sem um companheiro. Na fala de uma adolescente percebe-se a conformidade com a situação, devido há pouca escolaridade e nenhuma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, quando diz: “minha mãe nos sustenta com faxinas, eu também posso sustentar meu filho”. A educação

formal não tem maior relevância para elas, pois abandonam os estudos para trabalharem, voltando a desenvolver o ciclo de vida de suas mães.

As novas configurações de família que se observam através das entrevistas são outro fator importante para análise, já que muitas crianças são criadas pelos avôs, parcial ou totalmente. Diante destas situações alguns casos são *sui generis*, eles chamam as avós de mães e não reconhecem a autoridade das mães biológicas.

Foram procuradas as mães dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas no centro de convivência, para que os mesmos frequentem as oficinas, mesmo tendo que se abrir uma exceção, pois uma das condicionalidades do Programa é frequentar a escola. A participação dos adolescentes nas oficinas é irregular, tendo sido solicitado pelas Assistentes Sociais do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes, para que eles tenham uma maior participação nas aulas.

No centro de convivência, durante o horário de oficinas, somente uma mãe se dispôs a conversar com a acadêmica de Serviço Social, salientando que “já está cheia das incomodações que o filho lhe causa”, que por ela, ele cumpriria a medida em meio fechado internado na Fundação Assistencial de Serviço Educacional - FASE, que possui mais filhos para se preocupar e que não viu melhora no comportamento do filho que continua envolvido “com más companhias”.

Outra situação é o caso de dois meninos, que às vezes faltam as aulas das oficinas para visitarem os pais no presídio, as visitas são aos domingos e às quintas-feiras, neste caso se abrem exceções em relação às faltas. Um terceiro menino também assim fazia, mas agora não mais, porque o pai foi assassinado.

Percebe-se que a maioria dos pais e responsáveis reconhece a importância do Programa na vida dos filhos, mas gostariam que essas mudanças fossem mais acentuadas em relação ao comportamento, comprometimento e responsabilidades.

3.3 ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO TERRITÓRIO DE PAZ

Foi realizada entrevista com a Coordenadora do Centro de Convivência do Território de Paz, Sr^a Nilmara Regina Mathias Dias, para discussão sobre questões pertinentes ao Programa.

A mesma relata que o comportamento dos alunos atendidos pelas oficinas é muito bom, que eles são participativos, não faltam às aulas das oficinas, “eles brincam e se divertem nas oficinas” e que, além disso, estão se socializando. Percebe que os mesmos dão valor e importância ao Programa. Ressalta que as crianças e jovens respeitam seus professores e os demais funcionários do centro de convivência.

Comenta ainda que as assistentes sociais, que fazem parte da equipe técnica do Centro de Convivência, realizam acompanhamento dos alunos quando solicitado pelos educadores das oficinas, pois os professores percebem diferenças no comportamento dos mesmos (maior agressividade, comportamento inadequado, muitas vezes por motivos familiares). Ela esclarece que, nestes casos, as assistentes sociais apenas encaminham os alunos e, quando necessário, também os pais para tratamento no Centro de Atenção Integral a Saúde Mental (CAISM). Este serviço possui ambulatório de Saúde Mental com equipe multiprofissional especializada em saúde mental, oferece atendimento individualizado, grupal, visitas domiciliares e atividades comunitárias, composta por médico psiquiatra, psicóloga, assistente social e terapeuta ocupacional.

Conforme relata a coordenadora do centro, que tem um maior convívio com os alunos do Programa, as famílias atendidas são de baixa renda e existe um grande índice de violência doméstica, física e verbal. As carências são enormes: moradias, pequenas e precárias, com muitos moradores (muitos irmãos) que necessitam dividir o espaço, o que pode gerar também promiscuidade; muitos pais estão desempregados, alguns têm problemas com alcoolismo e drogadição.

Algumas das mães participam levando as crianças até o centro, somente as menores, até 6 ou 7 anos. Normalmente, as crianças vão até o local sozinhas ou levadas por irmãos mais velhos. Segundo a coordenadora a maioria das mães trabalha fora e as que poderiam ir, não vão, não têm um envolvimento maior com a vida escolar dos filhos. As crianças e jovens não

têm incentivo dos pais, há falta de estrutura familiar, falta de diálogo, entre muitas outras carências que vão muito além da parte material.

A coordenadora comenta também que as instalações físicas do centro de convivência ainda não são ideais, faltam vestiários, cozinha para os funcionários: “Quando chove a quadra de esporte fica alagada, além disso, durante os meses de inverno os alunos passam frio nas aulas”, pois nas laterais o ginásio é aberto (fotos em anexo).

3.4 DADOS DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE ESTEIO

Foram analisados os dados do Relatório sobre a Violência realizado e disponibilizado no ano de 2011 pelo Observatório da Segurança Pública (Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito - SMASPT) comparando os índices de violência e de criminalidade entre os anos de 2008 e 2011 na cidade de Esteio. As informações estão dispostas em um Relatório sobre a Violência, no qual constam dados em forma de gráficos e tabelas comparativas em anos, do município e do Território de Paz.

A Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito (SMASPT) coordena o trabalho da Guarda Municipal e da Fiscalização de Trânsito, atuando de forma integrada com a Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e demais órgãos de segurança na prevenção e combate à violência. É responsável pela vigilância dos prédios públicos e fiscaliza o trânsito e o transporte público de Esteio. Entre as atribuições da guarda municipal estão à prevenção a violência, atuando nos bairros com maior índice de violência do município. Este serviço que é ofertado pela Prefeitura, realiza atividades junto à comunidade com patrulhamento ostensivo nas escolas, praças, cemitério e locais estratégicos da cidade, tais como: saídas da cidade para outros municípios, dois parques arborizados e bairros mais violentos. A guarda municipal de Esteio foi formada em junho de 2006, conforme a Lei Municipal nº 3.921, de 12 de maio de 2005.

As guardas municipais, que são uma alternativa à segurança pública no Brasil, podem ser criadas pelos municípios para auxiliar na segurança pública, mediando conflitos, colaborando nas crises. Para tanto, se utiliza do poder de polícia administrativa delegado pelo município através de leis complementares.

O Observatório da Segurança Pública de Esteio realizou pesquisa dos principais indicadores de violência na cidade, possibilitando desta forma uma análise comparativa

apresentando índices ano a ano, relacionando os resultados aos projetos e programas de prevenção e combate à violência. A pesquisa foi realizada analisando a proporção de vítimas em relação ao número de habitantes, ao perfil das vítimas e à localização geográfica dos fatos, sendo destacados os dados referentes aos bairros pertencentes ao Território de Paz.

Com a análise destes indicadores verificou-se que houve um aumento dos homicídios desde o ano de 2005, por esse motivo em 2009 a administração pública municipal iniciou uma série de programas e projetos de prevenção à violência e à criminalidade, até então, inexistentes. A partir do 1º semestre de 2011, tais projetos começaram a obter resultados significativos com reflexo na vida da sociedade, apontando a eficácia da sua implementação, bem como à necessidade e importância de manutenção e ampliação dos mesmos.

Nesse contexto é preciso que seja considerado o histórico dos indicadores no município, para, após, consolidar um comparativo e mensurar a incidência da violência no âmbito do município de Esteio em relação aos períodos anteriores. Para tanto, após pesquisa e coleta de dados, o Observatório da Segurança Pública de Esteio apresenta os seguintes indicadores:

GRÁFICO 1: Histórico dos homicídios em Esteio.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br/estatistica) – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Analisando o Gráfico 1 verifica-se que o número de homicídios caiu muito durante o primeiro semestre do ano de 2011, em relação aos outros anos, desde o ano de 2004 esse número não era tão baixo. O maior número de homicídios ocorreu no ano de 2008 atingindo 24 vítimas.

O homicídio é o principal indicador da Segurança Pública, tendo em vista que sua incidência reflete diretamente na sociedade, trazendo consigo um histórico de violência e de outras práticas delituosas, exceto nos casos de crime passional, sendo que a redução deste indicador representa também, redução da violência num contexto geral e mais amplo.

O município de Esteio alcançou, no 1º semestre de 2011, o maior índice de redução da violência na Região Metropolitana no número de homicídios e de roubo de veículos, comparado com o mesmo período em relação ao ano anterior, conforme demonstrativo da tabela abaixo:

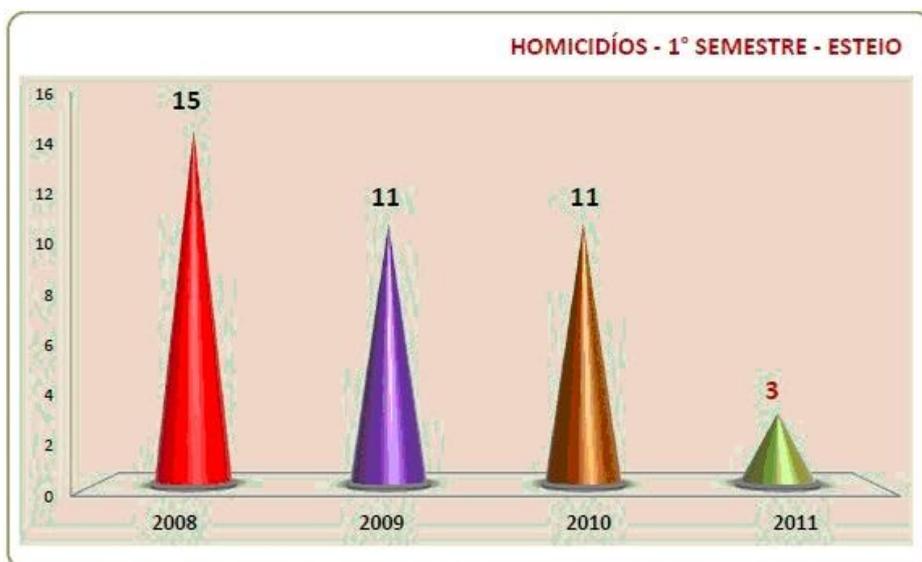
TABELA 1: Índices de redução da violência em Esteio.

MODALIDADES DE VIOLÊNCIA	1º SEMESTRE		PERCENTUAIS
	2010	2011	
HOMICÍDIOS	11	03	REDUÇÃO DE -73%
ROUBO DE VEÍCULOS	79	43	REDUÇÃO DE -46%
FURTOS DE VEÍCULOS	107	84	REDUÇÃO DE -21%
ROUBOS	497	415	REDUÇÃO DE -16%
FURTOS	886	880	REDUÇÃO DE -1%
ENTORP. POSSE	28	126	AUMENTO DE + 350%
ENTORP. TRÁFICO	08	19	AUMENTO DE + 138%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br /estatística) – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Através destes dados, observa-se que houve redução em quase todos os indicadores, principalmente no número de homicídios. Apenas não houve redução nos índices de posse de entorpecentes e tráfico de drogas, que tiveram um drástico e preocupante aumento. O município alcançou o maior índice de aumento do número de prisões por posse e tráfico de drogas, durante o período destacado.

GRÁFICO 2: Homicídios ocorridos na cidade de Esteio no 1º semestre dos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br /estatística) – Elaboração Observatório Esteio (2011).

O Gráfico 2 também demonstra a queda no índice de homicídios no município de Esteio. De acordo com os dados do Observatório de Violência, o município alcançou, ainda, no 1º semestre de 2011, comparado com o mesmo período do ano anterior, redução de 50% dos homicídios no Território de Paz, unidade territorial com o maior número de homicídios na cidade.

A cidade alcançou também o maior índice de prisões por posse de entorpecentes, correspondente a 350%, em relação ao mesmo período do ano anterior, considerando que um número significativo de vítimas de homicídio tinha como motivação o uso ou tráfico de drogas. Houve aumento de 138% no número de prisões, tanto de usuários como de traficantes, contribuindo significativamente para a preservação da vida.

GRÁFICO 3: Percentual de homicídios conforme a idade das vítimas, nos anos entre 2008 e 2011.



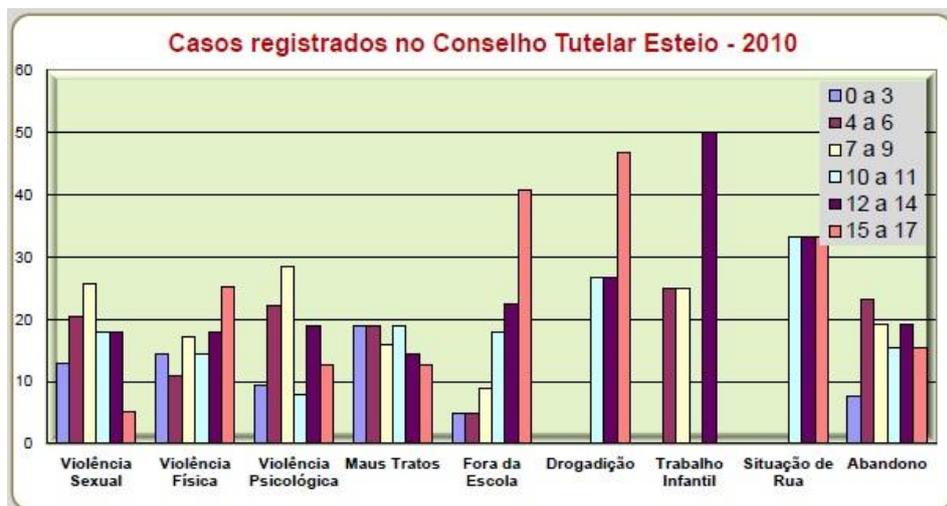
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br) – Brigada Militar de Esteio - Elaboração Observatório Esteio (2011).

O Gráfico 3 demonstra que o maior percentual de vítimas de homicídio está na faixa entre 18 e 30 anos de idade.

Os homicídios ocorridos nos primeiros semestres dos anos entre 2008 e 2011 em relação ao número de vítimas de homicídios, foi entre a população jovem com até 29 anos. Os jovens foram maiores vítimas dos crimes de homicídios, justamente por esse motivo é a faixa etária que concentra o maior número de projetos e programas no Território de Paz, entre eles o PRONASCI, Pro Jovem, Mulheres da Paz, Mais Educação, Primeira Infância Melhor, Bolsa Família, Programa de Atenção Integral a Família, entre outros, incluindo o Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS), desenvolvidos a partir de 2009 pelo poder público, para diminuir esses altos índices.

De acordo com os dados do Observatório de Violência, o maior número de atendimentos do Conselho Tutelar na cidade de Esteio ocorre nas Unidades Territoriais (UT) 14 e 15, respectivamente Parque Primavera e Três Marias, que são bairros pertencentes ao Território de Paz, num total de 375 atendimentos atingindo um percentual de 29% dos atendimentos realizados no município entre crianças, adolescentes e jovens, justamente nos bairros mais violentos e com histórico familiar desestruturado.

GRÁFICO 4: Atendimentos do Conselho Tutelar de Esteio.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br /estatística) – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Os atendimentos do Conselho Tutelar foram apresentados no gráfico acima considerando o fato relacionado ao atendimento, a idade da criança, jovem ou adolescente considerando o tipo de violência relacionado à vítima, através de percentuais de atendimentos por faixa etária.

O trabalho infantil na faixa etária dos 12 aos 14 anos é bastante acentuado, beirando os 50%, seguido da drogadição na faixa etária de 15 a 17 anos, que também é bem expressiva. Outro dado importante é que mais de 40% dos adolescentes de 1 a 17 anos não frequentam a escola.

GRÁFICO 5: Número de homicídios ocorridos em Esteio no 1º semestre de 2011 em relação aos anos anteriores, em destaque os homicídios ocorridos no Território de Paz.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br) - Brigada Militar de Esteio – Elaboração Observatório Esteio (2011).

O número de homicídios ocorridos em Esteio no 1º semestre de 2011 em relação ao mesmo período dos dois anos anteriores obteve uma redução de 73% do número de vítimas comparado com o mesmo período dos anos de 2009 e 2010. Ilustrando, ainda, a incidência dos homicídios no Território de Paz, ano a ano, mostrando como é alta a incidência desse tipo de crime naquela região se comparadas ao restante do município. Esses índices são anteriores a implantação do PIIS.

A análise aponta redução dos homicídios, sendo a implantação do Território de Paz, com a execução efetiva e eficaz de projetos e programas realizadas pelos diversos atores sociais que atuam no território. Além disso, há a atuação mais perspicaz e efetiva da Brigada Militar, Polícia Civil, poder Público Municipal e Guarda Municipal, através de ações integradas, obteve-se assim, uma redução de 50% no número de homicídios no Território de Paz no 1º semestre de 2011, comparado com o mesmo período dos dois anos anteriores.

TABELA 2: Número de homicídios ocorridos em Esteio em relação ao Território de Paz, considerando o 1º semestre de cada ano.

	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	1ºSemestre Ano 2011	Total
HOMICÍDIOS EM ESTEIO (1º SEMESTRE)	15	11	11	02	40
HOMICÍDIOS NO TERRITÓRIO DE PAZ (1º SEMESTRE)	05	04	04	02	15
HOMICÍDIOS EM ESTEIO – TOTAL	24	19	21	03	67

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br) - Brigada Militar de Esteio – Elaboração Observatório Esteio. (2011)

Observa-se na tabela acima que a maioria dos homicídios foi praticada no 1º semestre dos anos entre 2008 e 2011, e também que grande parte destes homicídios ocorreram nos bairros pertencentes ao Território de Paz, que são: Parque Primavera, Barreira, Hípica, Nazareno e Votorantim. Esses dados demonstram o alto nível de violência nesses bairros que são os mais violentos da cidade de Esteio. Por esta razão, existem várias ações e projetos, que vão desde a área da segurança a ações educativas, envolvendo várias secretarias, que estão sendo executados nesses bairros, como se pode observar no esquema abaixo.



Fonte: Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Essas ações demonstram o comprometimento da atual administração municipal em melhorar a vida dos moradores dessas comunidades o que acaba refletindo em todo o município. Ações isoladas não produzem resultados eficientes e significativos, unindo ações o trabalho se torna mais eficiente e abrangente. A administração municipal em seu Sistema de Gestão Estratégica através do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) compartilha e intera o trabalho entre as suas diferentes secretarias a fim de efetivar bons projetos e programas tão necessários para mudar a realidade da comunidade. Esse sistema de gestão é focado nas ações estratégicas e nas ações integradas, trazendo maiores resultados, em menor tempo e com menores custos.

Em palestra do GGI-M sobre gestão estratégica o pensamento de Andrew Carnegie, nos diz que: “Trabalho em equipe é a habilidade de unir esforços em prol de uma visão compartilhada. É a habilidade de direcionar conquistas individuais para objetivos maiores. É o combustível que permite que pessoas comuns, obtenham resultados incomuns”.

GRÁFICO 6: Homicídios motivados pelo Tráfico ou Consumo de Drogas nos anos entre 2008 e 2011 em relação ao total de homicídios.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br) – Brigada Militar de Esteio - Elaboração Observatório Esteio (2011).

De acordo com o Gráfico 6, que destaca o número de homicídios motivados pelo tráfico ou consumo de drogas nos anos de 2008 a 2011, uma parcela destas vítimas tem envolvimento com o consumo ou com o tráfico de drogas, sendo estes, fatores de motivação para a prática dos homicídios. A drástica redução no ano de 2011 é decorrente do maior número de prisões de traficantes e apreensão de drogas.

Esses dados também apontam para uma redução significativa, de quase 86% do total dos homicídios entre os anos de 2010 e 2011, e nos casos de motivação por drogas a redução foi de 91%, apesar de que os dados são apenas do primeiro semestre de 2011.

TABELA 3: Índice de homicídios motivados pelo envolvimento com o tráfico de drogas ou por seu consumo.

MOTIVAÇÃO	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Total
MOTIVAÇÃO DROGAS	15	6	12	1	34
TOTAL DE HOMICÍDIOS	24	19	21	3	67
PERCENTUAL	60%	32%	57%	33%	
Percentual de Motivação por Drogas					51%
Percentual de Motivação Sem Drogas					49%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br) – Brigada Militar de Esteio - Elaboração Observatório Esteio (2011).

Os percentuais apontados na Tabela 3 demonstram que os homicídios motivados pelo envolvimento com o tráfico de drogas ou simplesmente por seu consumo nos anos entre 2008 e 2011, se somados chegam a 51% das vítimas, ou seja, a maioria dos casos ocorre pela incidência e/ou motivação do uso ou pelo tráfico de drogas.

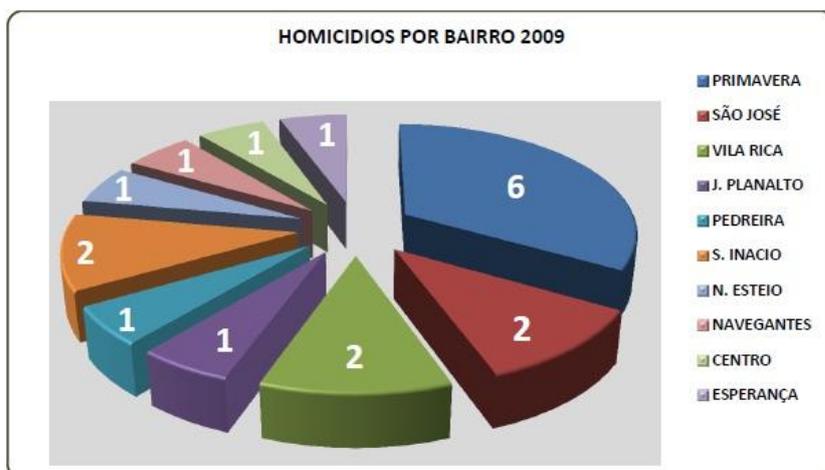
GRÁFICO 7: Incidência de homicídios por bairros 2008.



Fonte: Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Analisando o Gráfico 7, percebe-se que o bairro Parque Primavera, Jardim das Figueiras (Hípica) e Três Marias, que pertencem ao Território de Paz, são os bairros com maior número de homicídios no ano de 2008. Foram 10 homicídios nos bairros do Território de Paz, do total dos 27 ocorridos no município de Esteio, pois naquele ano não havia programas de prevenção e combate a violência.

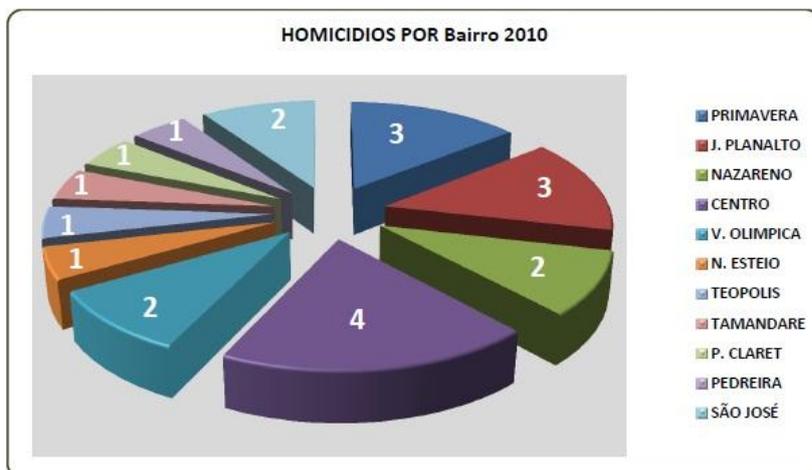
GRÁFICO 8: Incidência de homicídios por bairros 2009.



Fonte: Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Observando-se o Gráfico 8, percebe-se que o bairro Parque Primavera é o bairro com maior número de homicídios no ano de 2009, chegando a quase um terço do número de homicídios registrados na cidade.

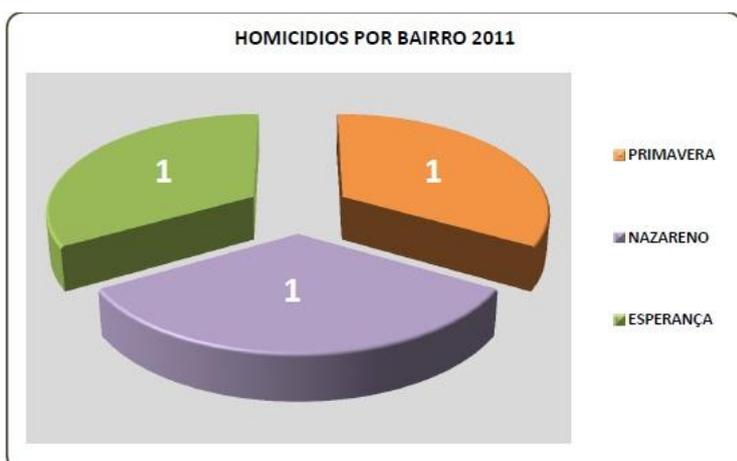
GRÁFICO 9: Incidência de homicídios por bairros 2010.



Fonte: Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Conforme o Gráfico 9, no ano seguinte, 2010, houve uma redução considerável no número de homicídios no bairro Parque Primavera em relação aos anos anteriores, aumentando os casos de homicídio no centro da cidade.

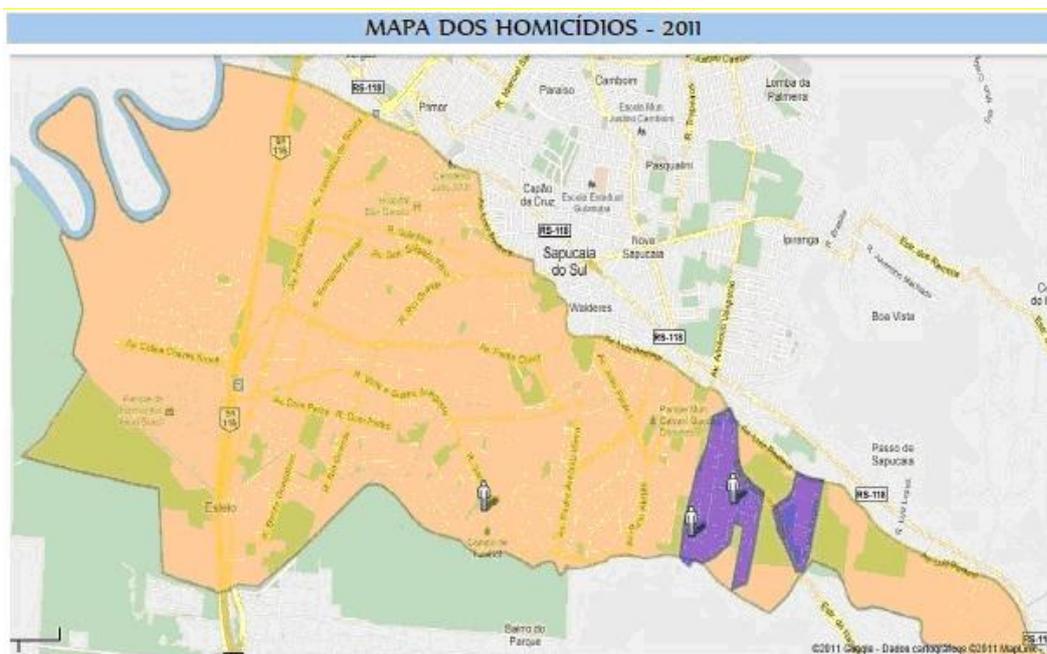
GRÁFICO 10: Incidência de homicídios por bairros 2011.



Fonte: Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – Elaboração Observatório Esteio (2011).

Conforme ilustra o Gráfico 10, novamente há queda nos índices de homicídios no ano de 2011 no bairro Parque Primavera e Nazareno em relação aos anos anteriores, sendo que o outro bairro que aparece no gráfico também é uma vila periférica do município de Esteio, que apresenta altos índices de violência e exclusão social.

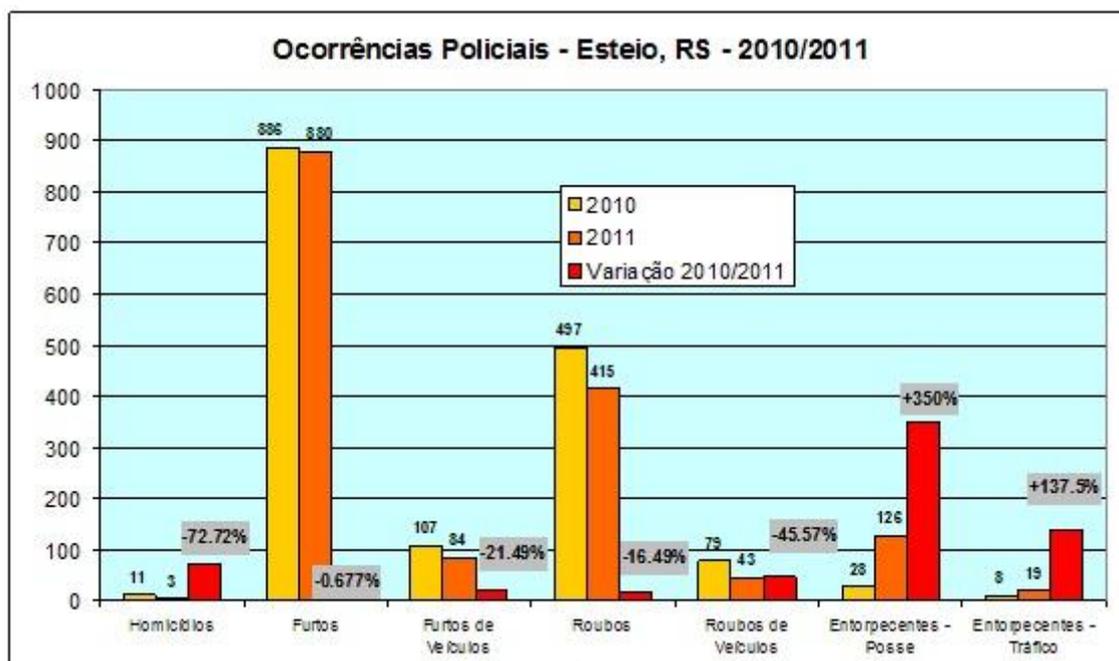
Abaixo segue o “mapa dos homicídios” na cidade de Esteio. A área destacada em cor azul pertence aos bairros do Território de Paz, onde ocorreram dois homicídios dos três que acontecerem na cidade, no ano de 2011, o que pode ser considerado um grande avanço na conquista de uma cidade menos violenta, pois em 2008 o número foi bem maior, chegando a 15 homicídios no município, sendo que cinco deles ocorreram no Território de Paz, como se pode comparar através do gráfico quatro da página 64.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br) – Brigada Militar de Esteio - Elaboração Observatório Esteio (2011).

O roubo de veículos, juntamente com o número de homicídios, atingiu o maior índice de redução da região metropolitana. Neste item foram avaliados os indicadores a partir de 2003 com a finalidade de obter um histórico de ocorrências que possa ser utilizado como instrumento de decisão de políticas públicas e sirva de instrumento para a tomada de decisões elaboradas no município.

GRÁFICOS 11: Número de ocorrências dos principais indicadores da violência nos anos de 2010 e 2011.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS (www.ssp.rs.gov.br/estatística) - Elaboração Observatório de Segurança Pública de Esteio (2011).

O Gráfico 11 apresenta o número de ocorrências dos principais indicadores da violência nos anos de 2010 e 2011, e sua respectiva variação em percentuais, demonstrando a redução dos índices através de números absolutos ocorridos no 1º semestre do ano de 2010 e 2011, menos nos índices de posse de entorpecentes e no tráfico, como já citado anteriormente.

O número de homicídios teve a maior queda, com redução de quase 73%, o roubo de veículos também teve uma boa redução chegando a quase 46%. A diminuição menos expressiva foi a de furtos, com redução de pouco mais de 0,5 % dos casos.

TABELA 4: Ações de vídeo monitoramento na cidade de Esteio.

CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO - 1º SEMESTRE	2009	2010	2011
Oc. Detectadas e Informadas à Brigada Militar	73	84	81
Oc. Detectadas e Informadas ao Corpo de Bombeiros	11	22	12
Oc. Detectadas e Informadas à Polícia Civil	2	2	8
Oc. Detectadas e Informadas à SMASPT	317	333	219

Fonte: Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – Elaboração Observatório Esteio (2011).

TABELA: 5 Operações integradas do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Esteio (GGI-M)

OPERAÇÕES INTEGRADAS DO GGI-M DE ESTEIO	ANO 2011
GGI-M	NOTIFICAÇÕES / AUTUAÇÕES
CORPO DE BOMBEIROS	56
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	37
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	29
MEIO AMBIENTE	08
ENCAMINHAMENTOS DO CONSELHO TUTELAR	15
ESTABELECIMENTOS VISTORIADOS / FISCALIZADOS	121
ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS	29
PRISÕES EFETUADAS	17

Fonte: Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – Elaboração Observatório Esteio (2011).

As duas tabelas acima demonstram o resumo das ações preventivas realizadas que contribuíram para a redução dos índices de violência e criminalidade na cidade de Esteio.

Na Tabela 4 estão destacados os três últimos anos, com ações integradas referentes à segurança pública, câmeras de vigilância, aumento no número do efetivo, tendo como objetivo diminuir os índices de violência e de criminalidade na cidade principalmente nos bairros mais violentos da região. Através desses dados conclui-se que houve uma diminuição no número de atendimentos da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – SMASPT e uma maior ação da Polícia Civil, devido à prisão de traficantes e da apreensão de drogas.

Na Tabela 5 observam-se as operações integradas do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Esteio (GGI-M), envolvendo a área de segurança, várias secretarias municipais e Conselho Tutelar no ano de 2011.

Considerando a análise dos indicadores de violência no município de Esteio, percebe-se que as políticas públicas de segurança implementadas na cidade passaram a efetivamente surtir seus efeitos preventivos, observando-se na prática os resultados de programas e projetos governamentais, que têm como foco o novo paradigma da segurança pública no País, que atualmente é preventivo e não mais interventivo. Basta observar as ações executadas pelo PRONASCI, que têm cumprido com êxito as suas finalidades na busca de uma cidade mais segura e mais humana, assim como todos os outros projetos e programas realizados no território que acabam se complementando e multiplicando seus resultados.

Observa-se através dos dados coletados que os objetivos do Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) nos bairros do Território de Paz vêm surtindo efeitos positivos na prevenção e combate à violência junto às comunidades atendidas, principalmente entre seu público alvo, que são as crianças e os adolescentes, os afastando das ruas e das “drogas”, fazendo com que frequentem com mais assiduidade a escola e tenham atividades recreativas e esportivas, que lhes proporcionem vivências educativas e integrativas, melhorando os relacionamentos sociais. Essas atividades também favorecem os vínculos familiares, aumentando o diálogo entre os jovens e seus pais.

Concluindo, o Programa Integrado de Inclusão Social cumpre sua função: desenvolver a integração social, o sentido de pertencimento, ou seja, a cidadania. Os temas transversais oportunizados aos alunos são fundamentais para ampliar a visão de mundo das crianças e jovens, favorecendo sua aprendizagem, autonomia, a capacidade de convivência, promovendo mais dignidade e justiça social, igualdade de direitos e oportunidades, mudando comportamentos, favorecendo o diálogo, o respeito mútuo, a solidariedade, a cooperação e a tolerância. Portanto, essa abordagem favorece o pensar, o sentir e o fazer sobre temas, extraídos do cotidiano dos alunos.

As oficinas realizadas pelo PIIS, no contra turno escolar, desenvolvem a aprendizagem e o interesse dos alunos em aprender mais e a fazer parte da escola, abrindo espaços e oportunidades a alunos, pais e comunidade, diminuindo a violência, ocupando os cidadãos com atividades saudáveis e úteis ao seu desenvolvimento.

O PIIS, como política social e integrativa, além de promover a emancipação e autonomia dos participantes, desenvolvem valores, que se internalizam no educando à medida que o torna parte da vida em sociedade e leva-o a compartilhar com os demais membros da

comunidade conflitos, aflições e aspirações comuns, dando-lhes condições e suporte para solucionar esses problemas.

Considerando a análise dos indicadores obtidos através do Observatório de Violência, pode-se concluir que Esteio tem hoje uma cidade mais segura dentro de uma política de segurança cidadã, com ações integradas entre os diversos aparatos de prevenção e repressão à violência. O que torna a cidade mais humana e inclusiva beneficiando a todos os seus moradores, diminuindo a “distância” entre os bairros e favorecendo o desenvolvimento social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar as conclusões desse estudo, é importante salientar que foram encontradas algumas limitações para realizá-lo, dentre estas, citamos:

- O nível de instrução dos pais entrevistados podem interferir nos resultados, pois os mesmos não possuem uma abrangência e compreensão das questões formuladas na pesquisa para aprofundarem suas respostas;

- A utilização de questionários apresenta a limitação da subjetividade, da honestidade, da veracidade das respostas, da recordação precisa de fatos e situações que podem ter sido esquecidas ou supervalorizadas;

- Houve dificuldade de realizar entrevistas com os pais dos alunos do programa, porque muitos se negaram a fazê-la, talvez por insegurança, desconfiança e pela falta de convívio/intimidade com a entrevistadora;

- Outra situação que dificultou a realização das entrevistas, impedindo que ela fosse mais ampla com um maior número de contatos, logo, mais abrangente, foi a localização das residências dos alunos, as ruas dos bairros do território, não são regularizadas pela prefeitura, havendo confusão entre a numeração das casas, além disso, é uma exigência ser morador do território para fazer parte do Programa;

- A aluna gostaria de ter feito pessoalmente o contato com os pais ou responsáveis pelos educandos do PIIS, o que não foi possível, porque este levantamento já estava sendo realizado por outra acadêmica da área de Assistência Social, não sendo permitida a reentrada na intimidade das famílias.

Apesar das dificuldades encontradas foi possível responder a questão de pesquisa: Existem mudanças significativas nos níveis de violência e melhora de qualidade de vida na comunidade do Território de Paz, após a implementação do Programa Integrado de Inclusão Social? Obtendo-se uma resposta afirmativa para a mesma, o que se pode observar nas conclusões desse trabalho que seguem abaixo.

Projetos sociais com enfoque em práticas esportivas alcançam muito bem aos objetivos a que se propõem, pois o esporte ajuda a propagar valores entre aqueles que o praticam, tais como: amizade, companheirismo e cooperação.

O Programa Integrado de Inclusão Social não utiliza o esporte apenas como prática corporal, mas como forma de educação em convivência, tolerância, aceitação das desigualdades e resolução de conflitos, no qual todos participam ativamente, interagem e têm direito à palavra. Desta forma, é possível diminuir os riscos sociais e privilegiar a inclusão e o desenvolvimento integral de crianças e jovens.

O programa foi implementado com um conjunto de ações para intervir e mudar a realidade violenta que atinge os moradores dos bairros pertencentes ao Território de Paz. Essas ações visam estimular a participação da população, através de projetos e programas como o PIIS, o PRONASCI, o Mulheres da Paz onde são realizadas atividades de conscientização sobre meio ambiente, puericultura e cidadania.

Os programas citados, além de promoverem a emancipação e autonomia dos participantes, desenvolvem valores, atitudes e reflexões, que se internalizam no educando à medida que o torna parte da vida em sociedade e leva-o a compartilhar com os demais membros da comunidade conflitos, aflições e aspirações comuns, dando-lhes condições e suporte para solucionar esses problemas.

A pesquisa demonstrou que as famílias pertencentes aos bairros do Território de Paz da cidade de Esteio vivem em situação economicamente precária e residem em bairros periféricos, com muitas restrições que não se limitam somente a parte material, vão muito além delas, são carentes de “tudo”, o que inviabiliza a manutenção de uma melhor qualidade de vida.

Essas famílias são geralmente formadas por desempregados, empregados informais, catadores (reciclagem), trabalhadores autônomos ou temporários. Com isso, há precários orçamentos familiares, que acabam gerando situações de frustração, que podem acarretar manifestações de violência familiar, conflitos domésticos, dessa forma, ocasionando condições socioafetivas inadequadas para crianças e adolescentes formarem sua identidade. Além disso, a maioria das moradias são inadequadas, poucos cômodos para muitos moradores.

Numa realidade cotidiana tão árdua, jovens de classes subalternas têm poucas oportunidades de trabalho, falta de opções de lazer, situação de pobreza, pouco apoio da família, estando sujeitos a riscos constantes, envolvimento com a violência, com drogas, problemas estes enfrentados diariamente, tornando-os banalizados.

A maioria dos homicídios ocorre nas faixas etárias mais jovens, pois estes têm uma maior vulnerabilidade social, muitas vezes precisam lutar pela sua sobrevivência, numa vida incerta e talvez curta.

As políticas sociais para esses grupos tornam-se essenciais, porque buscam melhorar a vida destas comunidades, possibilitando acesso aos direitos de cada cidadão, trazendo resultados positivos para a vida das pessoas. De tal modo que os benefícios dessas políticas vão do particular para o coletivo, do individual para o todo e se estendem gradativamente para todos os municípios.

As ações implementadas nas políticas de combate à violência têm por finalidade minimizar diferenças de gênero, de classe, diminuindo o preconceito presente nas relações comunitárias.

A administração pública de Esteio percebeu que havia exclusão territorial dentro do próprio município, visto que as comunidades mais carentes eram excluídas da prestação de serviços públicos, ficando vulneráveis a todos os tipos de violência. Visando ao desenvolvimento social destas comunidades e à diminuição da violência foi que o Programa Integrado de Inclusão Social foi planejado e efetivado.

Além dos resultados satisfatórios do PIIS, outras ações de segurança (câmeras de vigilância, aumento do efetivo de policiais militares) têm como objetivo diminuir a violência, o que tem acontecido, visto a significativa diminuição dos índices do ano de 2009 para o ano de 2011.

A avaliação do PIIS nos bairros do território é positiva, o programa já apresenta números que agradam, o que se verifica no levantamento estatístico do Relatório de Violência (2011) realizado pela SMASPT, que mostra que os crimes mais violentos, como homicídio e roubo de carros, estão diminuindo. Em 2008, por exemplo, foram registrados 24 homicídios. Naquele ano, Esteio ficou em 8º lugar neste tipo de crime entre 12 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Em 2009, caiu para 11º lugar, com 19 assassinatos. Em 2010, até agosto, foram 13 homicídios, ou seja, praticamente a metade em relação ao ano de 2008. No ano de 2011 foram apenas 3 homicídios.

A aluna já foi oficinaira do Programa Escola Aberta, no qual pôde perceber a mudança no comportamento dos alunos, que é impressionante, pois a carência material é grande, mas a de atenção, comunicação e carinho é ainda maior. Com certeza programas que envolvem educação e esportes contribuem, e muito, no desenvolvimento e na vida de crianças e jovens.

No espaço das oficinas, os alunos têm possibilidades diferentes daquelas vivenciadas em sala de aula tradicional. Os programas dispensam uma atenção especial aos educandos, onde as capacidades e talentos dos alunos são incentivados e explorados, aumentando a auto estima e a autoconfiança dos mesmos, o que é muito importante para que eles sejam mais participativos, tanto na sala de aula como fora dela em outras atividades.

Para a Presidente do Fórum Municipal do Território de Paz, Sr^a Rosimar Silveira, a situação em que os bairros desse território se encontram atualmente, “é a realização de um sonho e a uma mudança completa no perfil dos bairros”. Ressalta ainda que “o Centro de Convivência do Território de Paz, uniu e pacificou os bairros, hoje as famílias estão mais próximas e participando desse movimento.” Em entrevista ao Jornal Destaque em 2011, Silveira salienta que “os jovens estão mais integrados e participativos”.

O Programa Integrado de Inclusão Social mudou a realidade local, melhorando as condições de vida da população, amenizando principalmente os conflitos nas relações comunitárias, bem como os crimes violentos (homicídios, assaltos e roubos). Concluindo, o Programa Integrado de Inclusão Social está realmente diminuindo os índices de violência e beneficiando as comunidades do território e, conseqüentemente, de todo o município, alcançando os objetivos propostos.

A frequência escolar é uma exigência do PIIS, porém, ela não garante a aprendizagem dos conteúdos, portanto, um objetivo a ser alcançado pelo Programa seria a melhoria na aprendizagem e nas notas dos alunos atendidos, o que não ocorreu ainda na prática.

Um dos aspectos favoráveis foi à melhora nos relacionamentos entre as comunidades do Território de Paz, assim como a convivência, a cooperação, o respeito, o direito a expressar-se, o coleguismo, a resolução de problemas entre os alunos e dos mesmos com seus professores. Em alguns casos o relacionamento familiar também melhorou, conforme relatado nas entrevistas, realizadas com os pais e/ou responsáveis pelos alunos do PIIS.

Através dos dados pesquisados pelo Observatório da Segurança Pública (SMASPT) percebe-se nitidamente que houve diminuição nos indicadores de violência nas comunidades pertencentes ao Território de Paz no município de Esteio, o que se reflete na qualidade de vida de seus moradores. Considerando a análise dos indicadores e dos relatos realizados nas entrevistas com os diferentes atores que estão envolvidos com o Programa Integrado de Inclusão Social, pode-se concluir que Esteio tem atualmente uma cidade mais segura por meio dessa política de segurança cidadã, num trabalho integrado e preventivo, minimizando o foco

da violência urbana, oportunizando mais bem estar, qualidade de vida e segurança a toda comunidade esteiense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Criança: a lei e a cidadania. In: Rizzini Irene, organizadora. A criança no Brasil de hoje. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Santa Úrsula; 1993. p 101-12.

AMARAL, Jader Denicol do. Jogos Cooperativos. São Paulo: Phorte, 2004.

ANANIAS, Patrus. Políticas sociais como pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Artigo publicado em 29/01/2008, disponível em www.mds.gov.br/noticias/artigo-politicas-sociais-como-pilar-fundamental-para-o-desenvolvimento-de-uma-nacao-patrus-ananias, acesso em 29 de outubro de 2011.

ANDRADE, Fábio Santos de. Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho./ PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Regina Pahim (Orgs.). – (Série Justiça e Desenvolvimento/IFP-FCC). Vários autores. Realização: Fundação Carlos Chagas. Apoio: Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. São Paulo: Contexto, 2010.

ARISTÓTELES. Política. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. (coord). A miséria do mundo. 5ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL – Governo Federal – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei Federal 8069/1990 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1991.

BRASIL – Governo Federal – Ministério da Educação. Programa Mais Educação. Portaria Interministerial nº 17/2007. Disponível em www.portal.mec.gov.br/, acesso em 01 de novembro de 2011.

BRASIL – Governo Federal – Ministério da Saúde. Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1993.

CASTRO, Jorge Abrahão de. O Ciclo de Políticas Públicas. VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, disponível em www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta/2010-12-07, acesso em 23 de outubro de 2011.

DESLANDES, Suelly Ferreira. Prevenir e Proteger: um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro (RJ): FIOCRUZ/ENSP/CLAVES, 1994.

ESTEIO (RS). Jornal Destaque. Melhorias no Bairro Parque Primavera. Pag. 05. Publicado em 14 de julho de 2011.

FEFFERMANN, Marisa. Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERRAZZO, Ceusa Terezinha. Educação, violências sociais e as palavras que fazem a diferença: humanização - educação - transformação. Caderno de Subsídios. Seminário Violências Sociais – Quais os seus reflexos na criança e no adolescente? – Auditório da Câmara de Vereadores de Esteio-RS - Dias 20 e 21 de outubro de 2010.

FERREIRA, Vanja. Atividade Física na Terceira Idade: o Segredo da Longevidade. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

GARCIA, Joana. O negócio do social. Rio de Janeiro: PUCRS/BCE, Jorge Zahar Ed., 2004.

GLANZ, Semy, A Família Mutante - Sociologia e Direito comparado inclusive Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. GUIA DO VISITADOR - Programa Primeira Infância Melhor - PIM. Porto Alegre, 2009.

GRANJA, Sandra Inês Baraglio. Elaboração e Avaliação de Projetos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. - 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

KNORST, Mara R.; SILVA, Magali Pilz Monteiro da; MANTELLI, Constança; BÓS, Ângelo José Gonçalves. Qualidade de Vida do Idoso. IN: TERRA, Luiz Newton. Envelhecimento com Qualidade de Vida: Programa Geron da PUCRS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

KREBS, Patrícia. Educação Física e Esportes Adaptados. Tradução da 3ª Edição. Original de Fernando Augusto Lopes. Barueri, SP: Manole, 2004.

LA PAZ, Nivia Ivette Núñez. Guia Regional da "Violência de gênero para relações humanizadas". Centro Ecumenico de Capacitação e Assessoria - CECA. São Leopoldo, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. A sociedade pós-moralista. O crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Tradução Armando Braio Ara. Barueri: Manole, 2005.

MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. Emancipação Política e Libertação dos Movimentos Sociais do Campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MICHAUD, Yves. A violência. Trad. Garcia. (Coleção Princípios e Fundamentos) São Paulo: Ática, 1989.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Escola Aberta para a Cidadania-RS. Disponível em www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id85.htm, acesso em 01 de novembro de 2011.

MIOTO, Regina Célis Tamaso. Política Social, Familiar e Juventude: Uma questão de direitos. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

MOREIRA, Carlos Alberto. Atividade Física na Maturidade: avaliação e prescrição de exercícios. Rio de Janeiro: Shape, 2001.

MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA - MNMMR, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/IBASE, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo/NEV-USP. Vidas em risco: assassinato de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1991.

NAHAS, Markus. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um Estilo de Vida Ativo. Londrina: Midiograf, 2003.

O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições a fundamentação e os desafios a implantação. Organizadoras: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz e AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2009.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Síntese de Indicadores 2009. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/, acesso em 03 de novembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO (RS). Cidade – Perfil, Esteio hoje. A cidade em números. Publicado em 13 de julho de 2010. Disponível em www.esteio.rs.gov.br, acesso em 01 de setembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO (RS). Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito / Observatório de Segurança Pública / Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M. “Histórico dos homicídios em Esteio” *in* Relatório da Violência. Coordenador: LEONHARDT, Arno. Secretário Municipal da SMASPT. Portaria nº 3595/2011. Primeira Edição, Esteio, 26/07/2011.

PICK, Louis; VAYER, Pierre. Educacion Psicomotriz y Retraso Mental. Barcelona, Científico-Médica, 1976.

PINHEIRO, Otilie Macedo. Plano Diretor e Gestão Urbana. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

QUADROS, Adriana Mendes Oliveira de. Pessoa, gênero, família: uma visão integrada do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – PNDU, 2006 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em www.fee.tche.br, acesso em 01 de dezembro de 2010.

RECANTA – Rede de Cooperação da Cantareira. Leis e Políticas Públicas. Disponível em www.recanta.org.br/politicas_publicas_leis_cantareira.html, acesso em 06 de novembro de 2011.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Políticas Públicas*. Coletânea Brasília: ENAP, 2006. 2 v. ISBN 85-256-0052-0 (Obra compl.) 1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas. I. Saravia, Enrique. II. Ferrarezi, Elisabete. III. Título. Disponível em <http://tinyurl.com/ycn2mf5>, acesso em 05/11/2011.

SOLER, Reinaldo. Educação Física: uma abordagem cooperativa. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR. Bahia, 2002.

VECCHIATO, Mauro. Psicomotricidade Relacional e Terapia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICES

ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL SR^a CLÉA COITINHO ESCOSTEGUY EM 04/11/2011.

- 1- Histórico, parte legal, institucional do programa.
- 2- Objetivos do PIIS:
- 3- Quais são os objetivos a longo prazo?
- 4- Fundamentos do PIIS:
- 5- Quais as demandas que observaram na cidade e posteriormente no Território de Paz para implantação do PIIS;
- 6- Por que escolheram essas oficinas? Quem escolheu? De que forma? Qual a finalidade de cada oficina? Por exemplo, *jiu jitsu*.
- 7- Por que escolheram esse público alvo para oficinas (6 a 18 anos)? Prioritário
- 8- Porque não há oficinas para os adultos? Pensam em incluí-los nesse programa?
- 9- Pensam em incluir oficinas profissionalizantes?
- 10- Foi fácil conseguir o auxílio da empresa PETROBRAS?
Há alguma exigência de retorno?
Auxiliam no que? Material?
Quem fica responsável pelo pagamento dos professores (oficineiros)?
- 11- Os professores são cooperativados, por quê? Quem optou por essa forma de trabalho e por que os professores não são da Prefeitura (foi exigência da PETROBRAS ou da Prefeitura)?
- 12- Como o programa foi implantado?
- 13 - Para quanto tempo o programa foi projetado? Após este tempo, existe uma expectativa de continuidade desse programa (ou com algum outro)?

14- Como o programa foi estruturado?

15 – O que se espera de retorno?

16 - Quais as mudanças observadas na comunidade?

17 - Entre os alunos o que mudou (evasão escolar, aprendizagem, comportamento)?

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM OS PAIS DOS ALUNOS REALIZADA NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2011, POR IZABEL PELEGRINI.

Nome:

Idade:

Estuda na escola:

Pai ou Mãe:

Oficina:

Como é o relacionamento do filho em casa?

Como está na escola e sua frequência escolar?

O que está sendo aplicado nas oficinas, o aluno está transmitindo para a família?

O senhor costuma frequentar o centro de convivência? Conhece os professores? Sabe o que está sendo aplicado de conteúdo para os alunos?

Tem alguma informação sobre o programa?

Como ficou sabendo sobre as oficinas?

O que acha desse programa dentro da comunidade?

Gostaria de comentar alguma coisa?

FOTOS DA ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO TERRITÓRIO DE PAZ.



LOGOTIPO DO PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL

Fonte: www.programaintegradoinclusao.blogspot.com/, acesso em 13 de novembro de 2011.



FOTOS DOS ALUNOS EM ATIVIDADES RECREATIVAS E ESPORTIVAS

Fonte: www.programaintegradoinclusao.blogspot.com/, acesso em 13 de novembro de 2011.

